

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	8
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	9
Demonstração do Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	18
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	26

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	95
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	96
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	97

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	558.699
Preferenciais	0
Total	558.699
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.233
Preferenciais	0
Total	2.233

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/04/2018	Dividendo	15/05/2018	Ordinária		0,37279

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.965.482	1.812.428
1.01	Ativo Circulante	207.056	91.067
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	83.217	8.188
1.01.03	Contas a Receber	16.859	0
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.859	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	26.122	27.176
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	26.122	27.176
1.01.07	Despesas Antecipadas	477	22
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	80.381	55.681
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	73.868	42.118
1.01.08.03	Outros	6.513	13.563
1.01.08.03.01	Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio a Receber	0	8.801
1.01.08.03.02	Outros créditos	3.901	3.438
1.01.08.03.03	Partes relacionadas	2.612	1.324
1.02	Ativo Não Circulante	1.758.426	1.721.361
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	138.811	40.980
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	40.883	38.681
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	40.883	38.681
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	97.928	2.299
1.02.01.10.03	Depósitos judiciais	2.373	2.299
1.02.01.10.04	Venda de participação	74.016	0
1.02.01.10.05	Outros créditos - Venda Elog	21.539	0
1.02.02	Investimentos	1.616.618	1.677.086
1.02.02.01	Participações Societárias	1.616.618	1.677.086
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.615.532	1.676.015
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	1.086	1.071
1.02.03	Imobilizado	2.763	2.975
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.763	2.975
1.02.04	Intangível	234	320
1.02.04.01	Intangíveis	234	320

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.965.482	1.812.428
2.01	Passivo Circulante	148.419	428.648
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	8.581	10.880
2.01.01.01	Obrigações Sociais	8.581	10.880
2.01.02	Fornecedores	777	520
2.01.03	Obrigações Fiscais	697	229
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	697	229
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições	697	229
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.049	0
2.01.04.02	Debêntures	2.049	0
2.01.05	Outras Obrigações	136.315	417.019
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	133.893	414.666
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	133.893	414.666
2.01.05.02	Outros	2.422	2.353
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	6	7
2.01.05.02.04	Outras contas a pagar	2.416	2.346
2.02	Passivo Não Circulante	1.197.230	725.157
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	215.909	84.053
2.02.01.02	Debêntures	215.909	84.053
2.02.02	Outras Obrigações	981.321	641.104
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	957.735	640.347
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	957.735	640.347
2.02.02.02	Outros	23.586	757
2.02.02.02.03	Outras contas a pagar - Venda Elog	23.314	0
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	272	757
2.03	Patrimônio Líquido	619.833	658.623
2.03.01	Capital Social Realizado	360.900	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	-28.296	27.446
2.03.02.04	Opções Outorgadas	51.705	51.472
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-29.467	-29.467
2.03.02.07	Aquisição/Alienação de participação dos acionistas não controladores	-50.534	5.441
2.03.04	Reservas de Lucros	62.830	270.277
2.03.04.01	Reserva Legal	27.415	27.415
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	35.415	242.862
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	224.399	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	97.927	264.371	105.674	232.764
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-5.328	-13.719	-2.842	-12.072
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	156	310	149	292
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.899	-5.796	-4.338	-8.676
3.04.05.01	Amortização de ágio de investimentos	-2.899	-5.796	-4.338	-8.676
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	105.998	283.576	112.705	253.220
3.04.06.01	Equivalencia Patrimonial	101.205	278.783	112.705	253.220
3.04.06.02	Juros Sobre Capital Próprio Recebidos	4.793	4.793	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	97.927	264.371	105.674	232.764
3.06	Resultado Financeiro	-16.330	-36.807	-25.575	-54.644
3.06.01	Receitas Financeiras	5.685	8.769	3.062	5.434
3.06.02	Despesas Financeiras	-22.015	-45.576	-28.637	-60.078
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	81.597	227.564	80.099	178.120
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	81.597	227.564	80.099	178.120
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-2.096	-3.165	-3.678	-3.909
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-2.096	-3.165	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	79.501	224.399	76.421	174.211
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,14164	0,40326	0,13734	0,31307
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,14064	0,39925	0,13563	0,30918

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	79.501	224.399	76.421	174.211
4.03	Resultado Abrangente do Período	79.501	224.399	76.421	174.211

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-155.946	-75.419
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-153.192	-75.978
6.01.01.01	Lucro Líquido das operações continuadas	227.563	178.120
6.01.01.02	Resultado das operações descontinuadas	-125.789	-28.699
6.01.01.03	Depreciação e amortização	339	333
6.01.01.04	Plano de opções com base em ações	136	516
6.01.01.05	Resultado de equivalencia patrimonial	-283.576	-253.220
6.01.01.06	Amortização de ágio em investimentos	5.796	8.676
6.01.01.08	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	5.004	618
6.01.01.11	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-74	-65
6.01.01.12	Juros de mútuos ativos	-2.590	-2.318
6.01.01.13	Juros de mútuos passivos	19.999	20.061
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-2.754	559
6.01.02.01	Tributos a recuperar	1.054	5.401
6.01.02.02	Despesas antecipadas	-455	-156
6.01.02.05	Outros creditos	-463	-960
6.01.02.06	Fornecedores	257	-188
6.01.02.07	Obrigacoes sociais e trabalhistas	-2.299	-1.776
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuicoes a recolher	468	-2.313
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-416	148
6.01.02.12	Partes relacionadas	-900	403
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	292.905	125.314
6.02.01	Dividendos recebidos	447.372	337.271
6.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	-41	-3
6.02.03	Partes relacionadas - mútuo	0	348
6.02.04	Investimento em Controladas - aporte de capital	-156.201	-212.302
6.02.05	Investimento líquido em operações descontinuadas	1.775	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-61.930	10.717
6.03.01	Captação de debêntures	128.901	79.974
6.03.02	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-207.447	-105.009
6.03.04	Partes relacionadas	16.616	38.788
6.03.05	Partes relacionadas - Mutuo	0	-3.036
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	75.029	60.612
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.188	3.096
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	83.217	63.708

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-55.742	-207.447	0	0	-263.189
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	233	0	0	0	233
5.04.06	Dividendos	0	0	-207.447	0	0	-207.447
5.04.08	Aquisição/Alienação de participação dos acionistas não controladores	0	-55.975	0	0	0	-55.975
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	224.399	0	224.399
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	224.399	0	224.399
5.07	Saldos Finais	360.900	-28.296	62.830	224.399	0	619.833

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	823	-105.014	0	0	-104.191
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	823	0	0	0	823
5.04.06	Dividendos	0	0	-105.014	0	0	-105.014
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	174.211	0	174.211
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	174.211	0	174.211
5.07	Saldos Finais	360.900	27.082	7.791	174.211	0	569.984

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.588	-3.182
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.588	-3.182
7.03	Valor Adicionado Bruto	-5.588	-3.182
7.04	Retenções	-6.134	-9.010
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-339	-333
7.04.02	Outras	-5.795	-8.677
7.04.02.01	Amortização de investimentos	-5.795	-8.677
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-11.722	-12.192
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	292.654	258.946
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	283.576	253.220
7.06.02	Receitas Financeiras	8.769	5.434
7.06.03	Outros	309	292
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	280.932	246.754
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	280.932	246.754
7.08.01	Pessoal	7.328	8.049
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.671	7.054
7.08.01.02	Benefícios	552	294
7.08.01.03	F.G.T.S.	105	701
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	0	42
7.08.02.03	Municipais	0	42
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	46.041	60.543
7.08.03.01	Juros	24.417	618
7.08.03.02	Aluguéis	464	465
7.08.03.03	Outras	21.160	59.460
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	227.563	178.120
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	227.563	178.120

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	8.988.928	7.815.758
1.01	Ativo Circulante	2.468.726	2.139.393
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.050.374	1.607.979
1.01.02	Aplicações Financeiras	62.622	60.234
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	62.622	60.234
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	62.622	60.234
1.01.03	Contas a Receber	150.747	149.537
1.01.03.01	Clientes	133.888	149.537
1.01.03.01.01	Clientes	133.096	148.954
1.01.03.01.02	Clientes - Partes relacionadas	792	583
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	16.859	0
1.01.03.02.01	Venda de participação	16.859	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	81.517	55.686
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	81.517	55.686
1.01.07	Despesas Antecipadas	16.653	7.977
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	106.813	257.980
1.01.08.02	Ativos de Operações Descontinuadas	78.807	231.916
1.01.08.03	Outros	28.006	26.064
1.01.08.03.01	Outros créditos	28.006	26.064
1.02	Ativo Não Circulante	6.520.202	5.676.365
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	678.511	575.962
1.02.01.07	Tributos Diferidos	352.143	356.491
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	352.143	356.491
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	15.827	13.801
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	310.541	205.670
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	194.574	188.470
1.02.01.10.04	Outros créditos	7.132	7.598
1.02.01.10.05	Títulos e Valores Mobiliários - vinculados	13.280	9.602
1.02.01.10.06	Venda de participação	74.016	0
1.02.01.10.07	Outros créditos - Venda Elog	21.539	0
1.02.02	Investimentos	1.086	1.071
1.02.02.01	Participações Societárias	1.086	1.071
1.02.02.01.04	Participações em Controladas em Conjunto	1.086	1.071
1.02.03	Imobilizado	521.090	537.505
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	521.090	537.505
1.02.04	Intangível	5.319.515	4.561.827
1.02.04.01	Intangíveis	5.319.515	4.561.827

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	8.988.928	7.815.758
2.01	Passivo Circulante	1.758.479	1.759.574
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	55.976	67.677
2.01.01.01	Obrigações Sociais	55.976	67.677
2.01.02	Fornecedores	80.447	89.544
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	80.447	89.544
2.01.03	Obrigações Fiscais	38.394	40.151
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	38.394	40.151
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	34.350	36.075
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	4.044	4.076
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.344.381	1.149.516
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	78.432	74.658
2.01.04.02	Debêntures	1.265.949	1.074.858
2.01.05	Outras Obrigações	32.436	50.266
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	6.937	15.594
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	6.937	15.594
2.01.05.02	Outros	25.499	34.672
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	2.163	7
2.01.05.02.04	Obrigações com Poder Concedente	5.574	13.488
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	17.762	21.177
2.01.06	Provisões	201.906	172.622
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	30.623	24.551
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	30.623	24.551
2.01.06.02	Outras Provisões	171.283	148.071
2.01.06.02.04	Provisão para manutenção	113.874	90.503
2.01.06.02.05	Provisão para construção de obras futuras	57.409	57.568
2.01.07	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda e Descontinuados	4.939	189.798
2.01.07.01	Passivos sobre Ativos Não-Correntes a Venda	4.939	189.798
2.02	Passivo Não Circulante	6.513.558	5.299.614
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.395.595	4.849.100
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	531.761	508.710
2.02.01.02	Debêntures	4.863.834	4.340.390
2.02.02	Outras Obrigações	727.379	49.720
2.02.02.02	Outros	727.379	49.720
2.02.02.02.03	Obrigações com Poder Concedente	652.177	0
2.02.02.02.04	Outras contas a pagar	75.202	49.720
2.02.03	Tributos Diferidos	17.343	16.767
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	17.343	16.767
2.02.04	Provisões	373.241	384.027
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	199.689	197.208
2.02.04.01.05	Provisões para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	199.689	197.208
2.02.04.02	Outras Provisões	173.552	186.819
2.02.04.02.04	Provisão para manutenção	164.296	179.121
2.02.04.02.05	Provisão para construção de obras futuras	9.256	7.698
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	716.891	756.570

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.01	Capital Social Realizado	360.900	360.900
2.03.02	Reservas de Capital	-28.296	27.446
2.03.02.04	Opções Outorgadas	51.705	51.472
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-29.467	-29.467
2.03.02.07	Alienação/Aquisição de participação dos acionistas não controladores	-50.534	5.441
2.03.04	Reservas de Lucros	62.830	270.277
2.03.04.01	Reserva Legal	27.415	27.415
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	35.415	242.862
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	224.399	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	97.058	97.947

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	721.144	1.509.446	741.818	1.454.772
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-401.703	-799.943	-406.569	-746.956
3.03	Resultado Bruto	319.441	709.503	335.249	707.816
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-45.691	-86.097	-48.804	-101.124
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-46.046	-95.423	-48.775	-101.489
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	347	9.311	334	334
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	-394	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	8	15	31	31
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	273.750	623.406	286.445	606.692
3.06	Resultado Financeiro	-119.065	-222.729	-119.840	-248.547
3.06.01	Receitas Financeiras	47.829	93.340	22.610	57.734
3.06.02	Despesas Financeiras	-166.894	-316.069	-142.450	-306.281
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	154.685	400.677	166.605	358.145
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-72.561	-167.825	-82.228	-172.297
3.08.01	Corrente	-65.673	-162.901	-78.899	-168.598
3.08.02	Diferido	-6.888	-4.924	-3.329	-3.699
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	82.124	232.852	84.377	185.848
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	-2.096	-3.165	-3.678	-3.909
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	-2.096	-3.165	-3.678	-3.909
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	80.028	229.687	80.699	181.939
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	79.501	224.399	76.421	174.211
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	527	5.288	4.278	7.728
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,14164	0,40326	0,13734	0,31307
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,14064	0,39925	0,13563	0,30918

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	80.028	229.687	80.699	181.939
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	80.028	229.687	80.699	181.939
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	79.501	224.399	76.421	174.211
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	527	5.288	4.278	7.728

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	569.140	630.202
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	863.037	877.270
6.01.01.01	Lucro Líquido das operações continuadas	232.851	185.848
6.01.01.02	Lucro/Prejuízo das operações descontinuadas	-125.789	-32.312
6.01.01.03	Depreciação e amortização	229.166	204.859
6.01.01.04	Baixa do ativo imobilizado e intangível	1.010	1.715
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	276.434	266.044
6.01.01.06	Variação monetária com Poder Concedente	-50	-1.488
6.01.01.07	Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	6.512	-2.373
6.01.01.08	Atualização monetária s/ provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	4.357	6.797
6.01.01.09	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-2.344	-3.956
6.01.01.10	Reserva de Capital - Premio de Opções	233	823
6.01.01.11	Resultado de Equivalência Patrimonial	-15	-31
6.01.01.12	Tributos Diferidos	4.924	3.699
6.01.01.13	Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD	741	375
6.01.01.14	Capitalização de juros	-13.669	-7.670
6.01.01.15	Provisão para manutenção e construção de obras futuras	38.864	43.153
6.01.01.16	Atualização monetária da provisão para manutenção e provisão para construção de obras futuras	15.659	17.385
6.01.01.17	Levantamento depósitos judiciais	2.678	1.199
6.01.01.18	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-2.422	-2.059
6.01.01.19	Obrigações com Poder Concedente	30.996	26.664
6.01.01.20	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	162.901	168.598
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-293.897	-247.068
6.01.02.01	Clientes	15.117	16.670
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-25.831	-4.574
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-10.703	-10.737
6.01.02.04	Pagamento dos depósitos judiciais	-6.360	-4.548
6.01.02.05	Outros créditos	-1.475	-3.698
6.01.02.06	Fornecedores	-9.097	-17.028
6.01.02.07	Obrigações sociais e trabalhistas	-11.701	-2.522
6.01.02.08	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-1.725	322
6.01.02.09	Partes relacionadas	-8.866	16.887
6.01.02.10	Outras contas a pagar	-1.247	5.583
6.01.02.11	Pagamento de Imposto de renda e contribuição social	-156.829	-164.904
6.01.02.12	Pagamento de perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	-8.388	-4.003
6.01.02.13	Pagamento de provisão para manutenção e construção de obras futuras	-44.578	-58.536
6.01.02.14	Pagamento de obrigações com Poder Concedente	-22.214	-15.980
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-363.824	-246.066
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-305.603	-244.392
6.02.02	Aportes de capital - acionistas não controladores	0	7.560
6.02.05	Pagamento de dividendos minoritários	0	-9.249

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.02.07	Efeito de participação de acionistas não controladores - Stock Options	4	15
6.02.08	Aquisição de participação de acionistas não controladores	-60.000	0
6.02.09	Investimento líquido das operações descontinuadas	1.775	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	237.079	-368.482
6.03.01	Pagamento Poder Concedente	-16.646	-19.366
6.03.02	Títulos e valores mobiliários	-3.722	866
6.03.03	Captação de empréstimos, financiamentos e debêntures - terceiros	1.068.935	419.491
6.03.04	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	-410.777	-345.593
6.03.08	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-207.447	-105.009
6.03.09	Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)	-32	28
6.03.10	Juros Pagos	-193.232	-318.899
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	442.395	15.654
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.607.979	589.504
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.050.374	605.158

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623	97.947	756.570
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	27.446	270.277	0	0	658.623	97.947	756.570
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-55.742	-207.447	0	0	-263.189	-6.177	-269.366
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	233	0	0	0	233	4	237
5.04.06	Dividendos	0	0	-207.447	0	0	-207.447	-2.156	-209.603
5.04.08	Alienação/Aquisição de participação dos acionistas não controladores	0	-55.975	0	0	0	-55.975	-4.025	-60.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	224.399	0	224.399	5.288	229.687
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	224.399	0	224.399	5.288	229.687
5.07	Saldos Finais	360.900	-28.296	62.830	224.399	0	619.833	97.058	716.891

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964	72.583	572.547
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	360.900	26.259	112.805	0	0	499.964	72.583	572.547
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	823	-105.014	0	0	-104.191	-1.674	-105.865
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	7.560	7.560
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	823	0	0	0	823	15	838
5.04.06	Dividendos	0	0	-105.014	0	0	-105.014	-9.249	-114.263
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	174.211	0	174.211	7.728	181.939
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	174.211	0	174.211	7.728	181.939
5.07	Saldos Finais	360.900	27.082	7.791	174.211	0	569.984	78.637	648.621

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	1.739.632	1.661.859
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.256.734	1.240.466
7.01.02	Outras Receitas	219.028	186.605
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	263.870	234.788
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-580.739	-533.727
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-547.678	-499.698
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-33.061	-34.029
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.158.893	1.128.132
7.04	Retenções	-229.166	-204.859
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-229.166	-204.859
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	929.727	923.273
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	102.664	50.429
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	15	31
7.06.02	Receitas Financeiras	93.340	50.064
7.06.03	Outros	9.309	334
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.032.391	973.702
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.032.391	973.702
7.08.01	Pessoal	153.125	162.129
7.08.01.01	Remuneração Direta	118.568	127.910
7.08.01.02	Benefícios	27.108	25.625
7.08.01.03	F.G.T.S.	7.449	8.594
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	313.351	310.624
7.08.02.01	Federais	239.767	241.027
7.08.02.02	Estaduais	4	0
7.08.02.03	Municipais	73.580	69.597
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	333.064	315.101
7.08.03.01	Juros	210.232	211.653
7.08.03.02	Aluguéis	16.996	16.490
7.08.03.03	Outras	105.836	86.958
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	232.851	185.848
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	227.563	178.120
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	5.288	7.728

Comentário do Desempenho

RESULTADOS CONSOLIDADOS

Receita Bruta Consolidada por Segmento

RECEITA BRUTA (em milhões de R\$)	2T18	2T17	Var.	1S18	1S17	Var.
Concessões Rodoviárias	606,4	625,0	-3,0%	1.301,5	1.282,6	1,5%
Receita de Construção	137,1	147,7	-7,1%	263,9	234,8	12,4%
Ecoporto Santos	90,2	65,6	37,6%	169,0	139,2	21,4%
Serviços	46,9	49,1	-4,4%	94,4	98,1	-3,8%
Eliminações	(44,6)	(46,3)	-3,8%	(89,1)	(92,9)	-4,0%
RECEITA BRUTA	836,1	841,0	-0,6%	1.739,6	1.661,9	4,7%
(-) Receita de Construção	(137,1)	(147,7)	-7,1%	(263,9)	(234,8)	12,4%
RECEITA BRUTA PRÓ-FORMA	699,0	693,4	0,8%	1.475,8	1.427,1	3,4%

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Natureza

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	2T18	2T17	Var.	1S18	1S17	Var.
Pessoal	76,7	82,2	-6,8%	153,1	162,1	-5,6%
Conservação e Manutenção	21,8	19,9	9,4%	41,2	39,2	5,1%
Serviços de Terceiros	38,5	41,0	-5,9%	82,3	85,0	-3,1%
Seguros, Poder Concedente e Locações	28,9	25,5	13,3%	55,0	51,7	6,3%
Outros	17,2	13,6	26,9%	31,9	27,6	15,5%
CUSTOS CAIXA	183,1	182,1	0,5%	363,5	365,6	-0,6%
Custo de Construção de Obras	137,1	147,7	-7,1%	263,9	234,8	12,4%
Provisão para Manutenção	11,9	22,5	-47,2%	38,9	43,2	-9,9%
Depreciação e Amortização	115,6	103,0	12,2%	229,2	204,9	11,9%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS	447,7	455,3	-1,7%	895,4	848,4	5,5%

Os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$447,7 milhões no 2T18 (-1,7%) e R\$895,4 milhões no 1S18 (+5,5%), devido principalmente ao menor nível de obras na concessionária Ecopistas em função da conclusão do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto no 1T18. **Desconsiderando depreciação e amortização, provisão para manutenção, custo de construção, os custos caixa atingiram R\$183,1 milhões no 2T18 (+0,5%) e R\$363,5 milhões no 1S18 (-0,6%), mesmo com a inflação de 4,4% no período.**

Custos Operacionais e Despesas Administrativas Consolidadas por Segmento

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS (em milhões de R\$)	2T18	2T17	Var.	1S18	1S17	Var.
Concessões Rodoviárias	154,5	156,0	-1,0%	309,7	310,5	-0,3%
Ecoporto Santos	34,8	31,8	9,3%	64,8	61,8	4,8%
Serviços e Holding	39,0	40,7	-4,3%	78,4	86,2	-9,1%
Eliminações	(45,1)	(46,4)	-2,8%	(89,4)	(92,9)	-3,7%
CUSTOS CAIXA	183,1	182,1	0,5%	363,5	365,6	-0,6%
Custo de Construção de Obras	137,1	147,7	-7,1%	263,9	234,8	12,4%
Provisão para Manutenção	11,9	22,5	-47,2%	38,9	43,2	-9,9%
Depreciação e Amortização	115,6	103,0	12,2%	229,2	204,9	11,9%
CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS	447,7	455,3	-1,7%	895,4	848,4	5,5%

Os custos caixa do trimestre tiveram redução de R\$1,5 milhão (-1,0%) no segmento de concessões rodoviárias, comparado a inflação de 4,4% no período, demonstrando resiliência na gestão de custos do principal segmento da Companhia e o segmento de Serviços e Holding apresentou redução de R\$1,7 milhão (-4,3%). Os custos caixa no Ecoporto Santos apresentaram aumento de R\$3,0 milhões.

Comentário do Desempenho

EBITDA Pró-forma por Segmento

EBITDA (em milhões de R\$)	2T18	Margem	2T17	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias ¹	400,0	72,2%	415,1	72,6%	-3,6%
Ecoporto Santos	(2,0)	n.m.	(6,0)	n.m.	n.m.
Serviços e Holding	2,8	6,8%	2,9	n.m.	-3,0%
EBITDA PRÓ-FORMA	401,3	68,7%	412,0	69,3%	-2,6%
RECEITA LÍQUIDA PRÓ-FORMA²	584,0		594,2		-1,7%

¹ Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção

² Exclui receita de construção

O EBITDA pró-forma teve redução de 2,6%, totalizando R\$401,3 milhões no 2T18 e a margem EBITDA foi de 68,7%, devido, principalmente, a redução de tráfego em função do impacto da greve dos caminhoneiros no resultado do segmento de concessões rodoviárias que teve redução de R\$15,1 milhões (-3,6%) e foi compensado parcialmente pela melhora no resultado do Ecoporto (+R\$4,0 milhões).

EBITDA (em milhões de R\$)	1S18	Margem	1S17	Margem	Var.
Concessões Rodoviárias ¹	879,8	74,0%	861,6	73,5%	2,1%
Ecoporto Santos ²	5,9	9,6%	(7,8)	n.m.	n.m.
Serviços e Holding	5,7	n.m.	0,9	42,2%	n.m.
EBITDA PRÓ-FORMA	891,4	71,6%	854,7	70,1%	4,3%
RECEITA LÍQUIDA PRÓ-FORMA³	1.245,6		1.220,0		2,1%

¹ Exclui receita e custo de construção e provisão para manutenção

² Considera outras receitas no valor R\$8,7 milhões advindas de créditos do Fundaf no 1S18

³ Exclui receita de construção

No 1S18 o EBITDA pró-forma comparável **creceu 4,3%**, totalizando R\$891,4 milhões com margem EBITDA de 71,6%, crescimento de 1,5p.p.

Resultado Financeiro Consolidado

RESULTADO FINANCEIRO (em milhões de R\$)	2T18	2T17	Var.	1S18	1S17	Var.
Juros sobre Debêntures	(99,3)	(83,6)	18,9%	(184,7)	(176,1)	4,9%
Varição Monetária sobre Debêntures	(18,1)	(15,8)	14,2%	(43,9)	(41,8)	5,1%
Juros sobre Financiamentos	(13,1)	(15,5)	-15,7%	(25,5)	(35,6)	-28,3%
Varição Monetária sobre Direito de Outorga	0,4	0,5	-27,0%	0,1	1,5	-96,6%
Varição Monetária e Cambial s/ Empréstimos e Financ.	(13,9)	(6,8)	106,0%	(15,1)	(7,4)	105,2%
Receitas de Aplicações Financeiras	35,1	16,4	113,8%	60,8	38,8	56,7%
Ajuste a Valor Presente	(7,8)	(8,7)	-9,9%	(15,7)	(17,4)	-9,9%
Outros Efeitos Financeiros	(2,3)	(6,4)	-63,9%	1,4	(10,6)	-112,7%
RESULTADO FINANCEIRO	(119,1)	(119,8)	-0,6%	(222,7)	(248,5)	-10,4%

O resultado financeiro apresentou redução de 0,6% no 2T18 e de 10,4% no 1S18, sendo as variações mais representativas do trimestre destacadas abaixo:

- Juros sobre debêntures: aumento de R\$15,8 milhões em função da maior representatividade de debêntures no total da dívida;
- Varição monetária sobre debêntures: aumento de R\$2,3 milhões devido ao aumento do IPCA registrado no período (+0,75% de mar a mai/18 vs +0,70% mar a mai/17);
- Juros sobre financiamentos: redução de R\$2,4 milhões em função da queda do CDI;
- Varição monetária e cambial sobre empréstimos e financiamentos: aumento de R\$7,2 milhões devido, principalmente, à valorização do Dólar em relação ao Real no 2T18 (+16,0%);
- Receita de aplicações financeiras: aumento de R\$18,7 milhões devido a maior disponibilidade de caixa;
- Outros efeitos financeiros: redução de R\$4,1 milhões em função de maior capitalização de juros na ECO101.

Comentário do Desempenho

Os **Juros pagos** totalizaram R\$167,5 milhões no 2T18 (-43,5%) e R\$193,2 milhões no 1S18 (-39,4%) (conforme DFC).

Imposto de Renda e Contribuição Social

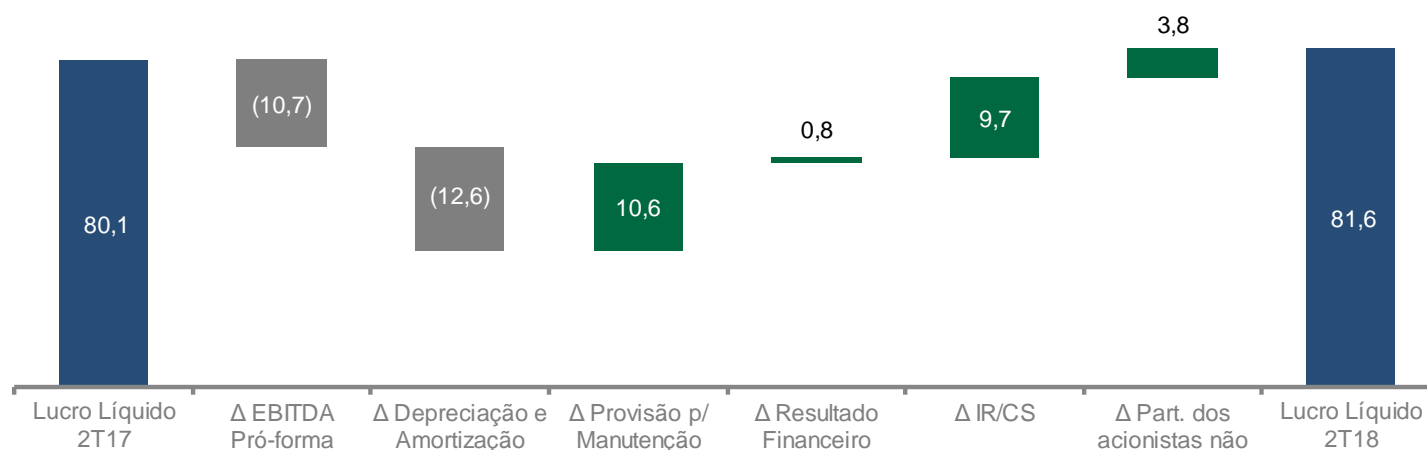
O imposto de renda e contribuição social totalizou R\$72,6 milhões no 2T18 (-11,8%) e R\$167,8 milhões (-2,6%) no 1S18. Para mais informações sobre a taxa efetiva de imposto de renda e contribuição social, vide nota explicativa 13.b disponível nas Demonstrações Financeiras.

Lucro Líquido Comparável

LUCRO LÍQUIDO (em milhões de R\$)	2T18	2T17	Var.	1S18	1S17	Var.
LUCRO LÍQUIDO¹	81,6	80,1	1,9%	227,6	178,1	27,8%

¹ Exclui itens não recorrentes: efeitos dos resultados dos ativos mantidos para venda

Evolução do Lucro Líquido Comparável por Natureza (em milhões de R\$)



O lucro líquido comparável foi de R\$81,6 milhões (+1,9%) no 2T18, influenciado pelo custo com provisão para manutenção (+R\$10,6 milhões), pelo imposto de renda e contribuição social (+R\$9,7 milhões), pelo resultado na rubrica acionistas não controladores (+R\$3,8 milhões) e pela redução da despesa financeira (+R\$0,8 milhão) e impactado negativamente pela maior depreciação e amortização (-R\$12,6 milhões) e pelo EBITDA pró-forma comparável (-R\$10,7 milhões) em função da queda do tráfego devido à greve dos caminhoneiros.

No 1S18 o lucro líquido comparável foi de R\$227,6 milhões (+27,8%).

Disponibilidade Financeira e Endividamento

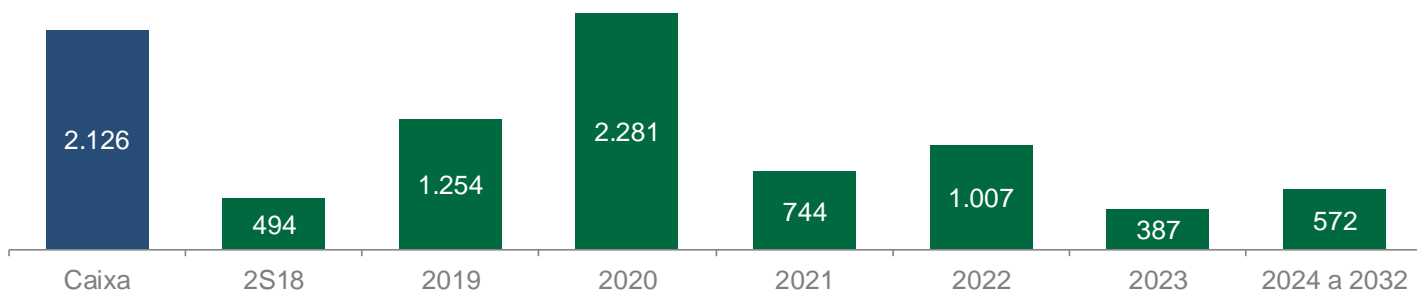
A dívida bruta da Ecorodovias atingiu R\$6.740,0 milhões em junho de 2018, redução de 3,3% em relação a março de 2018. Nesse trimestre, os principais impactos foram os pagamentos de parcelas da 1ª emissão de debêntures da empresa de Serviços (ECS) e da 1ª emissão de debêntures do Ecoporto e a emissão de R\$130 milhões em debêntures, em série única, da Holding (EIL), com taxa de CDI+1,25% e 2 anos de prazo de vencimento para aporte nos novos projetos.

A dívida bruta, em 30/06/2018, era composta por 80% de vencimentos no longo prazo. O total de caixa e equivalentes totalizou R\$2.126,3 milhões em junho de 2018, e possui a proporção de 1,6x a dívida com vencimento de curto prazo.

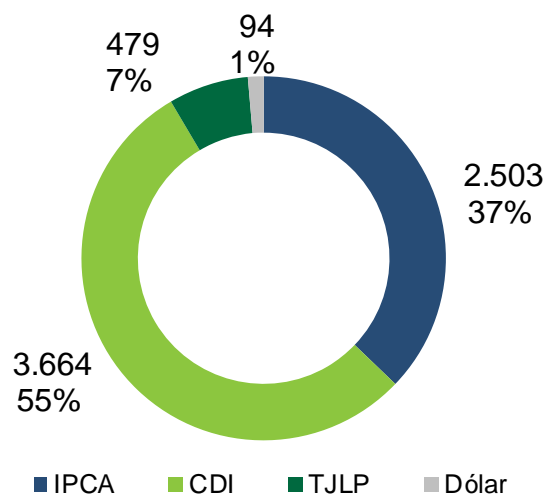
Comentário do Desempenho

ENDIVIDAMENTO (em milhões de R\$)	30/06/2018	31/03/2018	Var.
Curto Prazo	1.344,4	1.001,5	34,2%
Longo Prazo	5.395,6	5.965,6	-9,6%
Dívida Bruta Total	6.740,0	6.967,0	-3,3%
(-) Caixa e equivalentes	2.126,3	2.560,8	-17,0%
Dívida Líquida	4.613,7	4.406,2	4,7%
DÍVIDA LÍQUIDA / EBITDA PRÓ-FORMA udm	2,58x	2,45x	0,13x

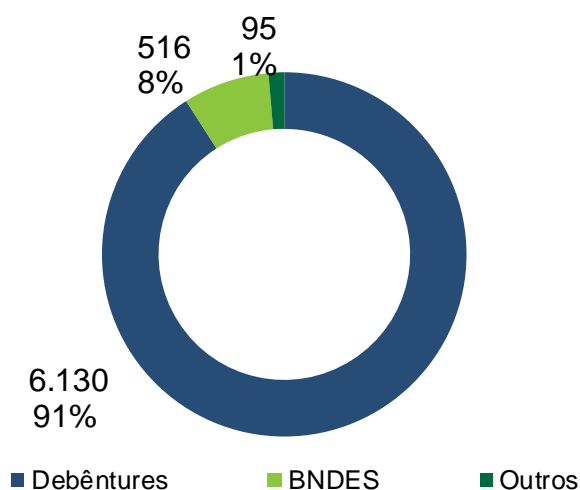
Cronograma de amortização da dívida bruta (em milhões de R\$) em 30/06/2018:



Dívida Bruta – 30/06/2018 por indexador (em milhões de R\$ e %)



Dívida Bruta – 30/06/2018 por instrumento (em milhões de R\$ e %)



Comentário do Desempenho

Capex Consolidado por Segmento:

CAPEX (em milhões de R\$)	2T18			1S18		
	Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	TOTAL	Intangível / Imobilizado	Custos de Manutenção / Provisão de Obras	TOTAL
Concessões Rodoviárias	173,0	29,9	202,9	313,9	44,6	358,5
Ecovias dos Imigrantes	30,8	14,5	45,3	54,6	19,7	74,3
Ecopistas	15,2	4,6	19,8	45,7	6,5	52,2
Ecovia Caminho do Mar	3,9	1,8	5,7	7,1	2,2	9,3
Ecocataratas	18,0	6,7	24,7	33,4	12,1	45,4
Ecosul (100%)	17,1	2,2	19,3	34,1	3,9	38,0
ECO101 (100%)	60,6	-	60,6	109,6	-	109,6
Ecoponte	27,0	0,1	27,1	29,1	0,2	29,3
ECO135	0,4	-	0,4	0,4	-	0,4
Ecoporto Santos	1,1	-	1,1	1,6	-	1,6
Outros¹	2,6	-	2,6	3,6	-	3,6
CAPEX	176,7	29,9	206,6	319,1	44,6	363,7

¹ Considera Serviços e Holding

Os principais investimentos do trimestre nas concessões rodoviárias foram as duplicações da ECO101 e obras para a implantação da marginal norte da Rodovia Anchieta na Ecovias dos Imigrantes. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões rodoviárias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

O Capex realizado foi de R\$206,6 milhões no 2T18 e de R\$363,7 milhões no 1S18.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias", "EcoRodovias Infraestrutura" ou "Companhia") é uma sociedade por ações, listada na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo as ações da Companhia negociadas sob a sigla "ECOR3". A Companhia tem por objeto social operar ativos de concessão rodoviária, portuário, de logística e empresas prestadoras de serviços relacionadas às atividades-fim. O portfólio atual da EcoRodovias inclui oito concessões rodoviárias, uma plataforma logística (Ecopatio Cubatão) e um ativo portuário (Ecoporto) em seis estados, localizados nos principais corredores comerciais das regiões Sul e Sudeste. A sede da Companhia fica localizada na Rua Gomes de Carvalho, 1.510 - conjuntos 31 e 32, no município de São Paulo - SP.

As controladas diretas e indiretas da Companhia ("Grupo EcoRodovias") estão sumariadas na Nota Explicativa nº 10.

A conclusão e emissão das informações trimestrais para o período findo em 30 de junho de 2018 foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 24 de julho de 2018.

2. BASE DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e ao resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas Notas Explicativas às demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 (doravante denominadas de "demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017"), publicadas no dia 1º de março de 2018 nos jornais Diário Oficial do Estado de São Paulo, Valor Econômico e disponibilizadas por meio dos seguintes websites: www.cvm.gov.br, www.bmfbovespa.com.br e www.ecorodovias.com/ri.

3. NOVAS NORMAS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3.i às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Para os pronunciamento e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 3.i às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, não houve alterações significativas das novas exigências, exceto pela aplicação do CPC 47 Receitas de Contrato com Clientes.

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas diretas Ecoporto Santos e Termares Terminais Marítimos, como prestadores de serviços, identificaram que os seus critérios de reconhecimento e mensuração das receitas de contrato com clientes seguem as disposições do pronunciamento contábil CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes. Suas receitas já são reconhecidas à medida que suas controladas atendem suas obrigações de desempenho. Do mesmo modo, as receitas com contratos com clientes já são igualmente mensuradas pelo preço da transação.

Por essa razão, o reconhecimento e a mensuração das receitas de contratos com clientes não sofreram alterações significativas e não apresentaram impactos relevantes na adoção da norma, registrando apenas, a reclassificação dos valores de contraprestação variável e abatimento por volume, anteriormente classificados como custo dos serviços prestados, para deduções de vendas. O valor reclassificado no período foi de R\$84.584 (R\$68.760 em 30 de junho de 2017 para fins de comparabilidade ajustados, na nota explicativa nº 23).

	30/06/2017		
	Originalmente apresentado	Aplicação CPC 47	Ajustado
Receitas com arrecadação de pedágio	1.240.466	-	1.240.466
Receitas de construção	234.788	-	234.788
Receitas portuárias	139.208	-	139.208
Receitas acessórias e <i>intercompany</i>	47.397	-	47.397
Receita bruta total	1.661.859	-	1.661.859
Deduções de receita	(138.327)	(68.760)	(207.087)
Receita líquida	1.523.532	(68.760)	1.454.772

	30/06/2017		
	Originalmente apresentado	Aplicação CPC47	Ajustado
Base de cálculo de impostos			
Receitas com arrecadação de pedágio	1.240.466	-	1.240.466
Receitas portuárias	139.208	-	139.208
Receitas acessórias e <i>intercompany</i>	47.397	-	47.397
	1.427.071	-	1.427.071
Deduções			
Cofins	(56.486)	-	(56.486)
PIS	(12.244)	-	(12.244)
ISS	(69.597)	-	(69.597)
Dedução do reconhecimento da receita	-	(68.760)	(68.760)
	(138.327)	(68.760)	(207.087)

Com relação aos serviços nos segmentos de concessões de rodovias e logística a Companhia não identificou impactos relevantes.

4. RECLASSIFICAÇÕES EFETUADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

As controladas indiretas Ecovias, Ecocataratas, Ecopistas e Ecovia realizaram a reclassificação de R\$8.833, R\$5.376, R\$4.568 e R\$3.323, respectivamente, entre as rubricas de "Imobilizado" e "Intangível" para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, refletindo assim nas Demonstrações consolidadas da Companhia. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Edificações" e "Instalações".

	Originalmente divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Imobilizado	559.605	(22.100)	537.505
Intangível	4.539.727	22.100	4.561.827
	5.099.332	-	5.099.332

Notas Explicativas

A administração da Companhia realizou a reclassificação de R\$7.670 entre as rubricas "Receitas financeiras" e "Despesas financeiras" para o exercício findo em 30 de junho de 2017. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Juros capitalizados".

	Originalmente Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Receitas financeiras	50.064	7.670	57.734
Despesas financeiras	(298.611)	(7.670)	(306.281)
	(248.547)	-	(248.547)

A administração da Companhia realizou a reclassificação de R\$15.995 entre as rubricas "Caixa líquido das atividades operacionais" e "Caixa gerado nas operações" para o período findo em 30 de junho de 2017. Tal reclassificação tem por objetivo adequar a apresentação das rubricas "Pagamento ao poder concedente".

	Originalmente Divulgado	Reclassificação	Reapresentado
Caixa líquido nas atividades operacionais			
Reserva de Capital – Premio de opções	838	(15)	823
Caixa líquido nas atividades de Investimento			
Efeito de Participação de acionistas não controladores – Stock Options	-	15	15
Caixa líquido nas atividades de financiamento			
Pagamento de obrigações ao poder concedente	(35.346)	15.980	(19.366)
Variações nos ativos e passivos			
Pagamento de obrigações ao poder concedente	-	(15.980)	(15.980)
	(34.508)	-	(34.508)

5. OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

a) Venda de participação

De acordo com o fato relevante publicado ao mercado em 13 de dezembro de 2017, a Companhia celebrou naquela data, Contrato de Compra e Venda de Ações, por meio do qual foram estabelecidos os termos e condições para alienação de 100% do capital social da Elog S.A. para a Multilog S.A., pelo valor de R\$90.000 a serem liquidados em 84 parcelas mensais, iguais e sucessivas, corrigidas pela atualização do CDI a partir da data da conclusão. A conclusão da alienação estava sujeita a verificação de certas condições precedentes, as quais incluíam: (i) comunicação e/ou aprovação prévia da Secretaria da Receita Federal do Brasil, recebida em 1º de março de 2018; (ii) aprovação do Conselho Administrativo de Defesa do Consumidor – CADE, a qual foi obtida sem restrições em 27 de dezembro de 2017; (iii) a transferência das quotas do Ecopátio Logística Cubatão Ltda. para a Companhia, ocorrida em 8 de fevereiro de 2018; e (iv) o pagamento da totalidade da dívida da Elog, ocorrida em 8 de março de 2018. A conclusão da operação se deu em 7 de março de 2018, com a efetiva transferência de quotas. Em 30 de junho foi apurado o "ajuste do preço de compra" prévio no montante de R\$3.836, totalizando assim a venda em R\$93.836.

O valor da perda na venda deste investimento foi registrado em junho de 2016, quando da classificação do mesmo para a rubrica "ativos e passivos mantidos para venda".

Notas Explicativas

A alienação da Elog S.A. é consistente com a estratégia do Grupo EcoRodovias de focar nos ativos de concessões rodoviárias.

O contrato de compra e venda possui cláusula de indenização, e prevê a responsabilidade da Companhia em indenizar a compradora, no caso de perdas sofridas, de eventos ocorridos até a data do fechamento da venda, incluindo quaisquer litígios relacionados a passivos contenciosos existentes. O contrato prevê as seguintes limitações:

- (i) A obrigação de indenização está limitada ao mínimo de R\$10 por perda individual para perdas de natureza trabalhista e de R\$20 para perdas de qualquer outra natureza, e o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento) do preço de aquisição, ambos atualizados pelo CDI a partir da data de fechamento. Indenização Especial: Na eventualidade, durante o prazo de 5 (cinco) anos da data de fechamento, a licença CLIA Santos for cancelada, revogada, ou extinta exclusivamente em decorrência da Execução Fiscal vigente, a Companhia deverá pagar à compradora uma indenização de R\$4.000 corrigido pela Atualização Monetária IPC-A a contar da data do fechamento.
- (ii) O prazo de pagamento das indenizações será em 30 de abril de cada ano, ou quando o valor total das perdas indenizáveis acumuladas exceder R\$500, o que ocorrer primeiro, sendo que no segundo caso a indenização deverá ser paga no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da notificação;
- (iii) O limite temporal pode ser de 3 (três), 5 (cinco), 6 (seis) ou 10 (dez) anos, de acordo com as naturezas da respectiva perda.

Os depósitos judiciais existentes, pertencerão à Companhia e a compradora deverá transferi-los em até 10 (dez) dias úteis contados do seu efetivo recebimento e apuração de todos os custos, despesas, impostos e eventuais perdas.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia reconheceu em seu resultado o montante de (i) R\$19.282 referentes aos passivos indenizatórios identificados na data de fechamento; (ii) R\$5.828 para eventuais perdas indenizáveis; e (iii) R\$21.616 referentes aos depósitos judiciais existentes. O montante está registrado na rubrica "Resultado de operações descontinuadas".

b) Ativos e passivos mantidos para a venda

Com base na estratégia do Grupo EcoRodovias de focar nos ativos de concessões rodoviárias, em junho de 2016 a Companhia também classificou como operação descontinuada seu investimento no segmento logístico Ecopátio Logística Cubatão Ltda.

Em atendimento ao item 9 do CPC31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, a Companhia informa que continua firmemente comprometida com o seu plano de venda do Ecopátio Logística Cubatão Ltda.

Conforme previsto na Deliberação CVM 598/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada), os ativos e passivos dessas unidades foram classificados para a rubrica de Ativos e Passivos de operações descontinuadas e suas informações não fazem mais parte das informações consolidadas da Companhia.

Estes ativos e seus passivos associados devem estar mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas para a venda.

Notas Explicativas

Os ativos e passivos mantidos para venda compreendem:

	Ecopátio Cubatão (*) 30/06/2018	Combinado (**) 31/12/2017		Ecopátio Cubatão 30/06/2018	Combinado (*) 31/12/2017
Ativo:			Passivo:		
Caixa e equivalentes de caixa	3.868	7.691	Fornecedores	999	12.341
Clientes	4.309	33.018	Empréstimos e financiamentos	-	668
Partes relacionadas	1	17	Debêntures	-	124.905
Impostos a recuperar	72	1.184	Impostos e contribuições a recolher	543	2.273
Despesas antecipadas	169	674	Obrigações sociais e trabalhistas	1.173	6.932
Outros créditos	440	9.564	Partes relacionadas	582	509
Tributos diferidos	4.055	59.278	Outras contas a pagar	454	6.890
Depósitos judiciais	545	48.407	Provisão para perdas trabalhistas, tributárias e cíveis	1.188	35.280
Imobilizado	63.800	66.477			
Intangível	1.548	5.606			
Total do ativo mantido para venda	<u>78.807</u>	<u>231.916</u>	Total do passivo mantido para venda	<u>4.939</u>	<u>189.798</u>

(*) Os valores referem-se aos ativos e passivos da empresa Ecopátio Logística Cubatão Ltda., pois conforme nota explicativa nº 5.a, a empresa Elog S.A. foi alienada e o montante da alienação está registrado na rubrica "contas a receber de venda de empresas".

(**) Os valores referem-se aos ativos e passivos combinados das empresas Elog S.A. e Ecopátio Logística Cubatão Ltda., já ajustados ao valor justo.

Uma avaliação foi realizada para determinar o valor justo, da empresa Ecopátio Logística Cubatão Ltda, no qual se baseou em múltiplos de transações recentes envolvendo ativos semelhantes no mesmo segmento de mercado e na própria transação entre Elog Sul e Elog S.A. com a Multilog S.A.

O resultado na avaliação a valor justo em decorrência da classificação como ativos e passivos mantidos para venda está demonstrado abaixo:

	<u>30/06/2018</u>
Valor de venda (a)	70.000
Caixa líquido (b)	<u>3.868</u>
Valor patrimonial dos ativos e passivos mantidos para venda (c)	<u>73.868</u>

- Valor estimado para alienação da Ecopátio Logística Cubatão Ltda.
- Refere-se ao valor ao caixa líquido em 30 de junho de 2018 da controlada classificada como operação descontinuada.
- Refere-se ao valor líquido entre os ativos e passivos mensurados pelo menor valor entre o contábil e o valor justo líquido das despesas para a venda.

Notas Explicativas

O resultado do período de três e seis meses findos em 30 de junho de 2018 relacionados às operações descontinuadas são abaixo representados:

Resultado das operações descontinuadas (*)	Três meses findos em		Seis meses findo em	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Receita líquida	7.640	51.899	37.830	102.448
Custo dos serviços prestados	(9.739)	(46.722)	(45.072)	(93.235)
Lucro Bruto	(2.099)	5.177	(7.242)	9.213
Despesas/Receitas operacionais e financeiras	(837)	(7.036)	(69.524)	(14.081)
Resultado financeiro	(126)	(4.336)	(13.054)	(9.984)
Resultado Operacional	(3.062)	(6.195)	(89.820)	(14.852)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2)	(283)	(56.338)	(44)
Resultado das operações descontinuadas	(3.064)	(6.478)	(146.158)	(14.896)
Efeito da avaliação a valor justo dos ativos e passivos disponíveis para venda (**)	968	2.800	142.993	10.987
Resultado líquido das operações descontinuadas	(2.096)	(3.678)	(3.165)	(3.909)

(*) Considera: Elog S.A. (janeiro e fevereiro/2018); Ecopátio (janeiro a junho/2018).

(**) Demonstração do ajuste a valor justo dos ativos e passivos mantidos para venda:

	30/06/2018	30/06/2017
Ajuste a valor justo de intangível e imobilizado	-	5.715
Cláusula de indenização contrato compra e venda	(1.033)	-
Ajuste a valor justo (Preço venda x Dívida líquida)	4.352	(9.624)
Aportes realizados (Janeiro a Março)	(54.700)	-
Quitação debêntures	100.881	-
Ajuste a valor justo de outros ativos e passivos	93.493	14.896
Efeito da avaliação a valor justo dos ativos e passivos mantidos para venda	142.993	10.987

Fluxo de caixa dos ativos e passivos mantidos para venda

	30/06/2018	30/06/2017
Resultado do período	(146.158)	(14.896)
Itens que não afetam o caixa	141.896	22.945
Provenientes das mutações patrimoniais	7.427	(2.397)
Utilizado nas atividades de investimento	(751)	(1.025)
Utilizado nas atividades de financiamento	(128.203)	(36.939)
Operações descontinuadas líquido de caixa	(125.789)	(32.312)

Notas Explicativas

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Caixa e bancos	21	14	32.868	38.078
Aplicações financeiras:				
Fundo de investimento (a)	83.052	8.032	1.076.723	1.528.089
Operações compromissadas (b)	-	-	8.782	18.030
Certificado de depósito bancário CDB (c)	-	-	912.797	-
Aplicações automáticas (d)	144	142	19.204	23.782
	<u>83.217</u>	<u>8.188</u>	<u>2.050.374</u>	<u>1.607.979</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "Renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador. Podendo ser resgatado a qualquer momento, sem perda significativa de valor.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo também não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 30 de junho de 2018 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 25,4% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 4,0% em Operações Compromissadas, 3,3% em Letra Financeira (LF), 67,3% em Letra Financeira do Tesouro (LFT). (Em 31 de dezembro de 2017 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 59,7% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 23,3% em Operações Compromissadas, 1,3% em Letra Financeira (LF), 15,7% em Letra Financeira do Tesouro (LFT)).

As aplicações financeiras vinculadas a fundos de investimentos são remunerados à taxa de 101,5% (98,9% em 31 de dezembro de 2017) do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) Os recursos vinculados às aplicações financeiras compromissadas consolidadas são remuneradas à taxa de 75,0% do CDI (79,9% em 31 de dezembro de 2017), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata e estão aplicadas a curtíssimo prazo sendo utilizados antes de 30 dias e não sofrem a incidência de IOF.
- (c) Os recursos vinculados às aplicações financeiras em certificado de depósito bancário (CDB) são remuneradas à taxa média ponderada de 100,8% do CDI, sem o risco de perda significativa no valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.
- (d) Além das modalidades mencionadas acima, a Companhia também possui aplicação financeira conhecida como APLIC AUT no Banco Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados conforme escala de permanência e que podem variar de 2% a 100% do CDI, o grupo mantém apenas saldo mínimo nessa modalidade, e diariamente o volume excedente é alocado em aplicações mais rentáveis, mantendo essa modalidade com a taxa média de 2% do CDI (aplicações com permanência entre 1 e 29 dias), sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata.

Notas Explicativas

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CONSOLIDADO

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários circulantes, representados por títulos de alta liquidez:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fundo de investimento	75.902	69.836
	<u>75.902</u>	<u>69.836</u>
Circulante	62.622	60.234
Não circulante	13.280	9.602

O Fundo de Investimento é remunerado à taxa média ponderada de 97,7% do CDI (97,9% em 31 de dezembro de 2017) e reflete as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - por estarem vinculadas ao contrato de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e Debêntures como garantia de parte do pagamento de juros e principal das controladas indiretas Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A., para Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. e Concessionária Ponte-Rio Niterói - Coponte, apenas operações BNDES.

8. CLIENTES - CONSOLIDADO

A composição está assim representada:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Pedágio eletrônico (a)	102.121	123.216
Receitas acessórias (b)	6.047	5.849
Recebíveis de portos (c)	23.797	16.339
Outras contas a receber	3.383	5.061
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD (d)	(2.252)	(1.511)
	<u>133.096</u>	<u>148.954</u>

- (a) Representados por serviços prestados aos usuários relativos às tarifas de pedágio que serão repassadas às concessionárias e créditos a receber decorrentes de vale pedágio.
- (b) Representados, substancialmente, por exploração da faixa de domínio das rodovias, locação de painéis publicitários e outros serviços previstos nos contratos de concessão.
- (c) Representado por faturas a receber de clientes pela movimentação da armazenagem e por reparos de contêineres vazios.
- (d) Refere-se à constituição de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, substancialmente, das operações dos portos, cuja política de crédito da Companhia determina que sejam títulos vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer	129.839	144.614
Vencidos:		
Até 30 dias	2.110	1.727
De 31 a 90 dias	950	789
De 90 a 120 dias	197	1.824
Acima de 120 dias	2.252	1.511
	<u>135.348</u>	<u>150.465</u>

Notas Explicativas

A movimentação do período de seis meses nas perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo no início do período	1.511	1.368
Valores recuperados e baixados no período	(1.114)	(743)
Constituição de PECLD no período	1.855	1.118
Saldo no final do período	<u>2.252</u>	<u>1.743</u>

9. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Saldo no início do período	2.299	2.148	188.470	174.013
Adições	-	-	6.360	4.548
Baixas	-	-	(2.678)	(1.199)
Atualização monetária	74	65	2.422	2.059
Saldo no final do período	<u>2.373</u>	<u>2.213</u>	<u>194.574</u>	<u>179.421</u>

A natureza dos depósitos judiciais são:

Natureza	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Cível	7.357	7.584
Tributário	854	456
Trabalhista	19.792	19.278
Meio Ambiente	50.439	49.405
ISS São Bernardo	9.496	8.978
Desapropriações	26.452	23.814
THC2 – <i>Terminal Handling Charge</i>	77.873	76.719
Outros	2.311	2.236
	<u>194.574</u>	<u>188.470</u>

Os principais saldos dos depósitos judiciais estão divulgados na Nota Explicativa nº 21 Provisão para perdas cíveis, tributárias e trabalhistas.

Notas Explicativas

10. INVESTIMENTOS

a) Controladora

	Controladas diretas						Equivalência patrimonial	
	Valores das investidas 30/06/2018			Percentual de participação direta - %				
	Patrimônio líquido	Passivo a descoberto	Resultado do período	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018		
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	835.272	-	310.987	100	100	835.272	310.987	309.395
Ecoporto Santos S.A.	335.468	-	(20.244)	100	100	335.468	(20.244)	(58.438)
ELG-01 Participações Ltda	56.079	-	(942)	100	100	56.079	(942)	(1.083)
Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.	16.144	-	(3.776)	100	100	16.144	(3.776)	3.286
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	5.429	-	75	20	20	1.086	15	31
EIL-01 Participações Ltda.	339	-	6	100	100	339	6	9
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	-	(2.493)	(2.494)	100	-	(2.493)	(2.494)	-
EIL 02 S.A.	2	-	-	100	100	2	-	-
EIL 03 S.A.	-	-	-	100	100	-	-	(1)
EIL 04 S.A.	-	-	-	100	100	-	-	(1)
Lucros não realizados Eco101	-	-	-	-	-	(1.020)	24	22
Lucros não realizados Ecoporto	-	-	-	-	-	(859)	-	-
						1.240.018	283.576	253.220

Notas Explicativas

A Companhia apresenta a seguir os principais saldos de suas controladas em 30 de junho de 2018:

		Controladas diretas											Controladas indiretas																								
		Ecorodovias											Ecorodovias																								
		Concessões											Concessões																								
ELI01	ELI02	Ecoporto Santos	Termares	Ecorodoanel	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Eco135	ELG01	Anish	Paquetá	ELI01	ELI02	Ecoporto Santos	Termares	Ecorodoanel	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Eco135	ELG01	Anish	Paquetá						
	340	2	734.981	43.278	897.297	3.906.722	247.219	350.805	1.836.684	421.193	1.619.086	675.567	306.985	671.369	56.079	64.438	11.034																				
	340	2	51.811	17.344	896.012	856.705	73.424	37.020	172.333	64.370	155.532	26.305	68.369	18.656	79	467	34																				
	-	-	683.170	25.934	1.285	3.050.017	173.795	313.785	1.664.351	356.823	1.463.554	649.262	238.616	652.713	56.000	63.971	11.000																				
	340	2	734.981	43.278	897.297	3.906.722	247.219	350.805	1.836.684	421.193	1.619.086	675.567	306.985	671.369	56.079	64.438	11.034																				
	1	-	169.208	16.515	2.943	560.571	188.971	38.268	231.502	258.585	167.714	77.455	73.505	1.114	-	849	-																				
	-	-	230.305	10.619	894.354	2.510.879	9.819	276.998	1.212.462	54.111	889.479	367.022	72.361	652.183	-	7.799	-																				
	339	2	335.468	16.144	-	835.272	48.429	35.539	392.720	108.497	561.893	231.090	161.119	18.072	56.079	55.790	11.034																				
	-	-	-	-	(2.493)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																				
		Ecorodovias											Ecorodovias																								
		Concessões											Concessões																								
ELI01	ELI02	Ecoporto Santos	Termares	Ecorodoanel	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Eco135	ELG01	Anish	Paquetá	ELI01	ELI02	Ecoporto Santos	Termares	Ecorodoanel	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	Eco101	Ecoponte	Eco135	ELG01	Anish	Paquetá						
		-	39.554	22.313	-	83.799	146.177	174.509	521.527	182.057	171.556	189.205	68.039	-	12	-																					
		-	(35.494)	(19.605)	(38)	(45.844)	(61.811)	(86.889)	(194.184)	(116.331)	(102.405)	(159.164)	(28.136)	(456)	-	-																					
		-	4.060	2.708	(38)	37.955	84.366	87.620	327.343	65.726	69.151	30.041	39.903	(456)	12	-																					
		-	(11.495)	(8.442)	-	(24.099)	(7.466)	(8.708)	(24.018)	(8.380)	(9.392)	(3.970)	(5.602)	-	(746)	(17)																					
		-	-	-	-	(2.797)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																					
		-	8.990	5	-	4	-	(8)	318	2	-	-	-	-	-	-																					
		-	-	-	-	344.273	-	-	-	-	-	-	-	-	(945)	(20)																					
		-	1.555	(5.729)	(38)	355.336	76.900	78.904	303.643	57.348	59.759	26.071	34.301	(456)	(754)	(17)																					
	7	(21.219)	90	(3.741)	(44.079)	(9.229)	(39.499)	(10.290)	(40.612)	(9.041)	(2.858)	44	2	(190)	(3)																						
	7	(19.664)	(5.639)	(3.779)	311.257	69.675	264.144	47.058	19.147	17.030	31.443	(412)	(943)	(944)	(20)																						
	(2)	(580)	1.864	1.285	(270)	(23.973)	(85.639)	(17.454)	(3.896)	(6.002)	(9.761)	140	-	-	-																						
	5	(20.244)	(3.776)	(2.494)	310.987	46.139	178.505	29.604	15.251	11.028	21.682	(272)	(943)	(944)	(20)																						
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-																					
	5	(20.244)	(3.776)	(2.494)	310.987	46.139	178.505	29.604	15.251	11.028	21.682	(272)	(943)	(944)	(20)																						

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de junho de 2018 está apresentada a seguir:

	31/12/2017	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Aporte de capital	Plano de opção com base em ações	Aquisição de minoritários Ecosul	Equivalência patrimonial	30/06/2018
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	1.018.305	(438.126)	-	81	(55.975)	310.987	835.272
Ecoporto Santos S.A.	200.696	-	155.000	16	-	(20.244)	335.468
ELG-01 Participações Ltda.	55.821	-	1.200	-	-	(942)	56.079
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	20.365	(445)	-	-	-	(3.776)	16.144
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.071	-	-	-	-	15	1.086
EIL-01 Participações Ltda.	333	-	-	-	-	6	339
Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel	-	-	1	-	-	(2.494)	(2.493)
EIL02 S.A.	2	-	-	-	-	-	2
EIL03 S.A.	-	-	-	-	-	-	-
EIL04 S.A.	-	-	-	-	-	-	-
Lucros não realizados - Eco101	(1.044)	-	-	-	-	24	(1.020)
Lucros não realizados - Ecoporto	(859)	-	-	-	-	-	(859)
	1.294.690	(438.571)	156.201	97	(55.975)	283.576	1.240.018

A movimentação dos investimentos no período findo em 30 de junho de 2017 está apresentada a seguir:

	31/12/2016	Dividendos e juros sobre o capital próprio	Aporte de capital	Outros	Plano de opção com base em ações	Equivalência patrimonial	30/06/2017
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	878.786	(303.059)	-	-	263	309.395	885.385
EIL-01 Participações Ltda.	317	-	-	-	-	9	326
EIL02 S.A.	1	-	-	-	-	-	1
EIL03 S.A.	-	-	1	1	-	(1)	1
EIL04 S.A.	-	-	1	1	-	(1)	1
ELG-01 Participações Ltda.	55.447	-	1.300	-	-	(1.083)	55.664
Ecoporto Santos S.A.	45.509	-	211.000	-	44	(58,438)	198.115
Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda.	9.655	-	-	-	-	3.286	12.941
Consórcio Rota do Horizonte S.A.	1.017	-	-	-	-	31	1.048
Lucros não realizados	(7.676)	-	-	5.713	-	-	(1.941)
	983.056	(303.059)	212.302	5.715	307	253.220	1.151.541

Notas Explicativas

Os saldos dos ágios na controladora classificados como "outros investimentos societários" (reclassificados para o intangível e imobilizado no consolidado) são os seguintes:

	31/12/2017	Amortização	30/06/2018
Ágio - Ecosul	4.238	(257)	3.981
Ágio - Anish	37.744	-	37.744
Ágio - Ecoporto	340.414	(5.539)	334.875
	<u>382.396</u>	<u>(5.796)</u>	<u>376.600</u>
	31/12/2016	Amortização	30/06/2017
Ágio - Ecosul	4.753	(258)	4.495
Ágio - Elog	37.744	-	37.744
Ágio - Ecoporto	357.254	(8.418)	348.836
	<u>399.751</u>	<u>(8.676)</u>	<u>391.075</u>

Em 28 de dezembro de 2017, a Companhia e sua controlada Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. - "ECS" (controladora direta da Eco101), através de Fato Relevante, comunicou ao mercado que celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações com Coimex Empreendimentos e Participações Ltda., Rio Novo Locações Ltda., A. Madeira Indústria e Comércio Ltda., Urbesa Administração e Participações Ltda., Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda., Contek Engenharia S.A. e MMF Empreendimentos e Participações Ltda., que compõem a Centaurus Participações S.A. ("Centaurus") e com a Grant Concessões e Participações Ltda. ("Grant") referentes a aquisição, pela Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., de 42% do capital social da Eco101, atualmente detidos pela Grant e pelos acionistas da Centaurus. A ECS pagará por essa participação o valor de R\$46.650 em 60 parcelas, corrigidas a partir de agosto de 2017 pelo IPCA, com dois anos de carência a partir da data de assinatura do contrato. A conclusão da compra está sujeita à verificação de condições precedentes usuais, as quais incluem a comunicação prévia a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), aprovação do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, este último recebido em 26 de janeiro de 2018.

Em 10 de janeiro de 2018, a Companhia, foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Internacional nº 01/2017 para a concessão de serviços públicos de operação, manutenção e realização de investimentos como implantação de equipamentos de tráfego e atendimento usuário do Trecho Norte do Rodoanel Mário Covas por um prazo de 30 anos a partir da assinatura do contrato. A classificação se deu em razão do maior valor do ágio ofertado, correspondente a R\$883.000. Após a homologação e a adjudicação do resultado do leilão pela Artesp

Notas Explicativas

- Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo, a Companhia será convocada para a assinatura do contrato de concessão.

Em 16 de janeiro de 2018, a Companhia, e sua controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS"), através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações com Grant Concessões e Participações Ltda. ("Grant") referente a aquisição, pela ECS, de 10% do capital social da Ecosul atualmente detido pela Grant. A ECS pagará R\$60.000 por essa participação, sendo que (i) a 1ª parcela (R\$44.000) será paga na data de fechamento, e (ii) a 2ª parcela (R\$16.000, corrigidos pelo CDI) será paga 60 dias contados do pagamento da 1ª parcela. A conclusão da compra está sujeita ao cumprimento de certas condições precedentes usuais, além da comunicação prévia a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, este último recebido em 08 de fevereiro de 2018.

Em 1º de fevereiro de 2018, a Companhia e sua controlada direta ECS, através de Fato Relevante, comunicaram ao mercado que celebraram contrato de Compra e Venda de Ações entre a ECS e os acionistas da Concessionária de Rodovias Minas Gerais Goiás S.A. ("MGO"), referente a aquisição, pela ECS, de 100% do capital social da MGO, por meio, na data do fechamento, da holding da Argovias Administração e Participações S.A. O valor da aquisição é de R\$600.000 e será liquidado na data do fechamento. A conclusão da aquisição está sujeita à verificação de certas condições precedentes, as quais incluem a aprovação prévia da Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT"), BNDES e demais credores. A MGO é responsável pela administração, recuperação, conservação, manutenção, ampliação e operação da BR-050 (GO/MG), no trecho de 436,6 quilômetros que começa no entroncamento com a BR-040, em Cristalina (GO), e se estende até a divisa de Minas Gerais com São Paulo, no município de Delta (MG). O contrato foi assinado em 05 de dezembro de 2013 e expira em 08 de janeiro de 2044.

Em 6 de fevereiro de 2018, a Companhia através de sua controlada direta ECS foi classificada em primeiro lugar na Concorrência Pública Internacional 006/2017, e em 19 de junho, a controlada direta ECS, assinou o contrato de Concessão com a Secretária de Estado de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais ("SETOP"), para exploração por 30 anos do lote de rodovias do Estado de Minas Gerais composto pelos seguinte trechos: (i) BR-135, com extensão 301,20 km; (ii) MG-231, com extensão 22,65 km; e (iii) LMG-754, com extensão 40,10 km, totalizando 363,95 km conforme edital. A classificação se deu em razão da maior oferta pela outorga da concessão que será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5,9 milhões com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2,06 bilhões.

Notas Explicativas**b) Consolidado**

Valores das investidas 30/06/2018	Percentual de participação direta - %		Investimento	Equivalência patrimonial
	30/06/2018	31/12/2017		
Patrimônio líquido	Resultado do período			
5.429	75	20	1.086	15
		20	1.086	15
			1.071	31
			1.071	31

Consórcio Rota do Horizonte
S.A.

Notas Explicativas

11. IMOBILIZADO

a) Controladora

	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual	
			Saldos em 31/12/2017	Saldos em 30/06/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Transf.	Saldos em 30/06/2018		
			Adições	Adições	Adições	Adições	Adições	Adições		
Hardwares	20	6,9	1.439	1.475	(1.233)	(50)	2	(1.281)	194	206
Máquinas e equipamentos	10	0,8	264	264	(250)	(1)		(251)	13	14
Móveis e utensílios	10	2,9	549	549	(473)	(8)		(481)	68	76
Edificações	4	3,9	1.956	1.956	(835)	(38)	1	(872)	1.084	1.121
Outros	-	8,9	3.617	3.622	(2.059)	(156)	(3)	(2.218)	1.404	1.558
			7.825	7.866	(4.850)	(253)	-	(5.103)	2.763	2.975

	Taxa anual de depreciação - %	Taxas média ponderada de depreciação - %	Custo			Depreciação			Residual
			Saldos em 31/12/2016	Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2016	Adições	Saldos em 30/06/2017		
			Adições	Adições	Adições	Adições	Adições		
Hardwares	20	6,8	1.317	1.318	(1.137)	(45)	(1.182)	136	180
Máquinas e equipamentos	10	0,8	258	258	(247)	(1)	(248)	10	11
Móveis e utensílios	10	2,9	549	549	(457)	(8)	(465)	84	92
Edificações	4	3,9	1.956	1.956	(759)	(38)	(797)	1.159	1.197
Imobilizado em andamento	-	-	116	116	-	-	-	116	116
Outros	-	8,8	3.485	3.487	(1.749)	(155)	(1.904)	1.583	1.736
			7.681	7.684	(4.349)	(247)	(4.596)	3.088	3.332

Notas Explicativas

b) Consolidado

	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Custo					Depreciação					Residual	
			Saldos em 31/12/2017					Saldos em 30/06/2018						31/12/2017
			Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2018	31/12/2017	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2018	30/06/2018		
Hardwares	20,0	7,4	264.162	3.090	(125)	25	267.152	(9.835)	125	(151)	(242.217)	24.935	31.806	
Máquinas e equipamentos	10,0	3,3	278.076	1.640	(966)	80	278.830	(4.616)	941	106	(124.219)	154.611	157.426	
Móveis e utensílios	10,0	6,9	27.217	145	(145)	-	27.217	(932)	129	47	(16.494)	10.723	11.478	
Terrenos	-	-	55.157	-	-	-	55.157	-	-	-	-	55.157	55.157	
Edificações	4,0	2,0	21.701	-	-	-	21.701	(218)	-	1	(3.345)	18.356	18.572	
Imobilizado em andamento	-	-	70.335	-	-	(614)	69.721	-	-	-	-	69.721	70.335	
Benefetorias	4,0	2,8	218.736	20	-	7.182	225.938	(3.071)	-	(2.283)	(67.678)	158.260	156.412	
Veículos	20,0	10,0	19.865	-	-	1.087	20.952	(997)	-	(375)	(15.680)	5.272	5.557	
Instalações	10,0	9,4	9.008	300	-	532	9.840	(457)	-	136	(573)	9.267	8.756	
Outros	-	5,1	31.836	265	(969)	(8.292)	22.840	(739)	-	2.519	(8.052)	14.788	22.008	
			996.093	5.460	(2.205)	-	999.348	(20.865)	1.195	-	(478.258)	521.090	537.500	

	Taxa anual de depreciação - %	Taxa média ponderada de depreciação - %	Custo					Depreciação					Residual	
			Saldos em 31/12/2016					Saldos em 30/06/2017						31/12/2016
			Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2017	31/12/2016	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2017	30/06/2017		
Hardwares	20,0	8,6	254.679	3.672	-	19	258.370	(11.083)	-	-	(222.578)	35.792	43.184	
Máquinas e equipamentos	10,0	5,2	299.894	1.260	(778)	34	300.410	(7.739)	611	-	(136.106)	164.304	170.916	
Móveis e utensílios	10,0	7,1	26.640	313	-	5	26.958	(954)	-	-	(14.759)	12.199	12.835	
Terrenos	-	-	55.150	3	-	-	55.153	-	-	-	-	55.150	55.150	
Edificações	4,0	3,6	47.153	539	-	-	47.692	(853)	-	-	(22.472)	25.220	25.534	
Imobilizado em andamento	-	-	105.907	97	-	(35.673)	70.331	-	-	-	-	70.331	105.907	
Benefetorias	4,0	2,6	200.509	44	-	18.290	218.843	(2.830)	-	-	(59.622)	159.221	143.717	
Veículos	20,0	6,8	33.406	179	-	-	33.585	(1.143)	-	-	(25.546)	8.039	9.003	
Instalações	10,0	10,6	34.737	1.452	-	(34)	36.155	(7.195)	-	4	(9.060)	27.095	27.542	
Outros	-	6,7	31.029	600	(277)	-	31.352	(1.036)	36	83	(8.971)	22.381	22.975	
			1.089.104	8.159	(1.055)	(17.359)	1.078.849	(472.341)	647	87	(499.114)	579.735	616.763	

Em 30 de junho de 2018, alguns bens (do ativo imobilizado) classificados na rubrica "Outros" (caminhões e reboque) estavam vinculados como garantia de empréstimos e financiamentos (vide Nota Explicativa nº 14). Para as debêntures (vide Nota Explicativa nº 15) não existem garantias dessa natureza.

A Administração não identificou diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram seu ativo imobilizado e o de suas controladas.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos tangíveis no período findo em 30 de junho de 2018 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

12. INTANGÍVEL

a) Controladora

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo		Amortização		Residual		
			Saldos em 31/12/2017	Saldos em 30/06/2018	Saldos em 31/12/2017	Saldos em 30/06/2018	Adições	Adições	Saldos em 30/06/2018
<i>Softwares de terceiros</i>	20,0	15,8	1.086	1.086	(766)	(86)	(852)	234	320
			1.086	1.086	(766)	(86)	(852)	234	320

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo		Amortização		Residual			
			Saldos em 31/12/2016	Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2016	Saldos em 30/06/2017	Adições	Adições	Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2016
<i>Softwares de terceiros</i>	20,0	16,4	1.049	-	1.049	(593)	(86)	(679)	370	456
			1.049	-	1.049	(593)	(86)	(679)	370	456

Notas Explicativas

b) Consolidado

	Taxa anual de amortização - %	Taxa média ponderada de amortização - %	Custo			Amortização			Residual		
			Saldos em 31/12/2017	Adições (ii)	Transf.	Saldos em 30/06/2018	Adições	Saldos em 30/06/2018	Saldos em 31/12/2017	Adições	Saldos em 30/06/2018
Contratos de concessão (i)	-	-	6.539.926	777.482	130.949	7.448.357	(2.470.434)	(199.488)	(2.669.922)	4.778.435	4.069.492
Ágio Ecosul	-	-	8.561	-	-	8.561	(4.186)	(257)	(4.443)	4.118	4.375
Softwares de terceiros Intangível em andamento	20,0	12,4	134.777	4.755	713	140.245	(90.178)	(8.556)	(98.734)	41.511	44.599
(iv)	-	-	405.281	183.752	(131.662)	457.371	-	-	-	457.371	405.281
Ágio Elog (iii)	-	-	37.744	-	-	37.744	-	-	-	37.744	37.744
Outros	-	-	391	-	-	391	(55)	-	(55)	336	336
			7.126.680	965.989	-	8.092.669	(2.564.853)	(208.301)	(2.773.154)	5.319.515	4.561.827

	Taxa Média	Taxa anual de amortização - %	Saldos em 31/12/2016	Custo			Amortização			Residual				
				Adições (i)	Baixas	Outro	Saldos em 30/06/2017	Adições	Baixas	Transf.	Saldos em 30/06/2017	Saldos em 31/12/2016		
Contratos de concessão	-	-	6.087.640	91.087	(849)	5.714	69	6.183.661	(2.092.713)	(168.214)	7	(87)	(2.261.007)	3.922.654
Ágio Ecosul	-	-	8.561	-	-	-	-	8.561	(3.802)	(128)	-	-	(3.930)	4.631
Softwares de terceiros Intangível em andamento	20,0	16,1	109.767	4.057	(54)	-	17.364	131.134	(72.437)	(9.010)	1	-	(81.446)	49.688
(iv)	-	-	201.153	148.759	(412)	-	(74)	349.426	-	-	-	-	-	349.426
Ágio Elog (iii)	-	-	37.744	-	-	-	-	37.744	-	-	-	-	-	37.744
Outros	-	-	402	-	-	-	-	402	(35)	-	-	-	(35)	367
			6.445.267	243.903	(1.315)	5.714	17.359	6.710.928	(2.168.987)	(177.352)	8	(87)	(2.346.418)	4.364.510

No período findo em 30 de junho de 2018, foram capitalizados R\$13.669 referentes a encargos financeiros (R\$7.670 em 30 de junho de 2017). A taxa média de capitalização para o período findo em 30 de junho de 2018 é de 16,29% a.a. (custo dos empréstimos dividido pelo saldo médio de empréstimos, financiamentos e debêntures) e 6,95% a.a. para o período findo em 30 de junho de 2017.

(i) Em 19 de junho de 2018, a controlada indireta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., registrou o montante de R\$2.060.000 referente ao "Direito de Outorga da Concessão" e em conformidade com o CPC12 - Ajuste a Valor Presente, foi registrado o valor presente de R\$1.407.823. O direito de outorga da Concessão será amortizado através da projeção de curva de tráfego, a partir da data que o ativo estiver disponível para uso.

(ii) Os principais valores concentram-se nas controladas indiretas: na Eco101 no valor de R\$214.360 em restauração de pavimentos, implantações e obras especiais correntes, e consultoria de apoio as obras de duplicação e desapropriações; na Ecofonte no valor de R\$13.410 em projetos de melhorias e conservações; Ecovias no valor de R\$43.195, obras referente a implantação da Marginal Norte Km18 ao Km23 SP, conexão Porto/Santos Km61 ao Km65 SP, pavimento rígido e projetos de executivos; Ecopistas R\$100.716, obras referentes a ampliações e melhoramento e na Ecocatarras no valor de R\$4.319 refere-se à duplicação BR277 e readequações de sedes/SAU/praças de pedágios; Ecosul no valor R\$3.204, recuperação de obras de artes especiais Polo Pelotas e Ecovia no valor de R\$4.693 em obras de melhoria na BR 277 e restauração, manutenção da BRs e aparelhamento da PRF e PRE.

Notas Explicativas

- (iii) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que eles estão disponíveis para uso, método que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias ponderadas de amortização em 30 de junho de 2018 foram 5,50% a.a. (5,48% a.a. em 30 de junho de 2017).
- (iv) Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5.b, a Companhia classificou a empresa Elog S.A. e algumas de suas controladas como Ativos e passivos mantidos para venda e Operação Descontinuada. O montante de R\$4.913, refere-se aos ativos intangíveis e ágios (*goodwill*) consolidados da Elog S.A. em 1º de janeiro de 2016, excluindo os ativos intangíveis e ágios (*goodwill*) das empresas ELG-01 Participações Ltda., Anish Empreendimentos Imobiliários Ltda e Paquetá Participações Ltda. que em deliberação da Administração transferiu o controle acionário para a Companhia em 29 de setembro de 2016.
- (v) Os principais valores do intangível em andamento concentram-se nas controladas indiretas: Ecovia na duplicação e recuperação da rodovia PR407; na Ecosul na construção da base operacional BR116 e BR392; na Ecovias na manutenção e implantação e restauração do pavimento; Ecocataratas na duplicação da BR277; na Ecopistas no prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto Lote II e III; na Eco101 na restauração do pavimento, sistema de drenagem, implantação de passarela, entre outros e na Ecoponte nas obras no Mergulhão de Niteroi e baías operacionais.

Não foram identificadas e registradas perdas relacionadas à não recuperação de ativos intangíveis no período findo em 30 de junho de 2018 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Notas Explicativas

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Tributos diferidos

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do período, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição e movimentação para o período:

	Consolidado				
	Balanco patrimonial			Resultado	
	31/12/2017	Adições	Baixas	30/06/2018	30/06/2018
Realização do ágio na incorporação - Ecoporto	166.755	-	-	166.755	-
Realização do ágio na incorporação - Ecosul	2.929	-	(175)	2.754	(175)
Realização do ágio na incorporação - Ecocataratas	36.158	-	(4.616)	31.542	(4.616)
Provisão para perdas cíveis, trabalhistas e tributárias	47.443	1.824	(1.333)	47.934	491
Prejuízo fiscal e base negativa (*)	49.591	5.721	(2.433)	52.879	3.288
Provisão para manutenção	95.399	11.404	(8.498)	98.305	2.906
AVP ônus Concessão	1.966	-	(379)	1.587	(379)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa					
- PECLD	83	351	(98)	336	253
Outros	6.215	896	(4.835)	2.276	(3.939)
Efeito Lei 12.973/14 - extinção RTT	(48.430)	-	1.671	(46.759)	1.671
Depreciação societária	(9.529)	-	139	(9.390)	139
Juros capitalizados	(8.856)	(4.606)	43	(13.418)	(4.563)
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	339.724	15.590	(20.514)	334.800	(4.924)

(*) Refere-se ao prejuízo fiscal das controladas indiretas: ECO101 e Ecopistas.

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade estimada de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os estudos e projeções da Companhia preveem que a realização dos prejuízos fiscais e ágios sobre incorporações das investidas sejam realizados em até 10 anos. A Administração da Companhia acredita que as premissas utilizadas nos planos de negócios são robustas, factíveis e condizem com o atual cenário econômico.

Em atendimento ao CPC32 item 73, registramos R\$352.143 no ativo não circulante e R\$17.343 no passivo não circulante.

Notas Explicativas

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia, o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo não circulante serão realizados nos seguintes anos:

	30/06/2018			Consolidado 31/12/2017		
	Ativo	Passivo	Líquido	Ativo	Passivo	Líquido
2018	19.159	(195)	18.964	32.232	(25)	32.207
2019	32.968	(390)	32.578	31.519	(50)	31.469
2020	28.497	(390)	28.107	26.509	(50)	26.459
2021	26.556	(390)	26.166	24.906	(50)	24.856
2022	7.147	(390)	6.757	7.307	(50)	7.257
Posteriores a 2022 (*)	237.816	(15.588)	222.228	234.018	(16.542)	217.476
	<u>352.143</u>	<u>(17.343)</u>	<u>334.800</u>	<u>356.491</u>	<u>(16.767)</u>	<u>339.724</u>

(*) Os valores acima de dez anos para realização estão relacionados a amortização de ágio, ICPC01 e ajuste do RTT.

b) Conciliação da (despesa) receita de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Lucro do período antes do imposto de renda e da contribuição social	227.563	178.120	400.677	358.145
Alíquota fiscal vigente	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	(77.371)	(60.561)	(136.230)	(121.769)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Gratificações diretores	(1.189)	(1.258)	(2.700)	(2.811)
Equivalência patrimonial	96.416	86.095	5	11
Despesas indedutíveis	(4)	(27)	(150)	(149)
Amortização de ágio	(1.970)	(2.950)	12.238	11.446
Incentivos fiscais (PAT)	-	-	545	392
Créditos tributários não constituídos (*)	(15.117)	(21.682)	(41.856)	(59.982)
Operações descontinuadas	1.076	-	1.076	-
Outros	1.419	383	(753)	565
Despesa de imposto de renda e contribuição social	-	-	(167.825)	(172.297)
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-	(162.901)	(168.598)
Impostos diferidos	-	-	(4.924)	(3.699)
Alíquota efetiva	-	-	41,9%	48,1%

(*) São compostos pelas empresas Ecoporto Santos e EcoRodovias Infraestrutura e Logística.

Notas Explicativas

c) Imposto de renda e contribuição social pagos

A movimentação do período de seis meses do imposto de renda e contribuição social está demonstrada a seguir:

	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Saldo no início do período provisão IR/CS	24.551	32.516
Despesa IR/CS DRE	162.901	168.598
Total de IR/CS pagos no período	<u>(156.829)</u>	<u>(164.904)</u>
Saldo no final do período provisão IR/CS	<u>30.623</u>	<u>36.210</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

Modalidade	Companhia	Vencimento final	Taxa média de juros	30/06/2018	31/12/2017
Em moeda nacional:					
Finame (a)	Ecosul	11/2020	6% a.a.	122	148
Finame (b)	Ecocataratas	10/2022	2,5% a.a.	190	212
Finame (c)	Ecocataratas	06/2018	3% a.a.	-	27
Finem (d)	Ecocataratas	07/2018	TJLP + 2,1% a.a.	562	3.920
Finame (e)	Ecocataratas	07/2020	6 % a.a.	392	494
Finem (f)	Ecopistas	07/2025	IPCA + 2,45% a.a.	33.037	31.083
Finem (f)	Ecopistas	06/2025	TJLP+ 2,45% a.a.	106.640	120.526
Finame (g)	Ecoporto Santos	10/2020	6% a.a.	3.818	4.715
Finem (h)	ECO101	12/2028	TJLP + 3,84% a.a.	173.805	178.071
Finem (h)	ECO101	06/2030	TJLP + 3,84% a.a.	140.046	107.022
Financiamento (i)	ECO101	12/2019	21,27% a.a	160	203
Finem (j)	Ecoponte	08/2032	TJLP + 3,48% a.a.	49.733	49.275
Finem (j)	Ecoponte	12/2032	TJLP + 3,48% a.a.	8.004	-
Leasing (k)	Ecosul	03/2018	25,13% a.a.	-	28
Em moeda estrangeira:					
Finimp (l)	Ecoporto Santos	01/2023	Libor 6M+2% a.a.	93.684	87.644
				<u>610.193</u>	<u>583.368</u>
Circulante				78.432	74.658
Não circulante				531.761	508.710

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	30/06/2018	31/12/2017
2019	39.420	68.524
2020	74.574	69.476
2021	64.614	57.116
Posteriores a 2021	<u>353.153</u>	<u>313.594</u>
	<u>531.761</u>	<u>508.710</u>

Notas Explicativas

A movimentação do período de seis meses dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Saldo no início do período	583.368	823.505
Adições	43.637	10.348
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº 25)	40.630	42.940
Pagamento principal	(38.228)	(213.421)
Pagamento de juros	(19.214)	(65.476)
Saldo no final do período	<u>610.193</u>	<u>597.896</u>

Notas Explicativas

Descrição dos principais contratos de empréstimos e financiamentos bancários vigentes:

Item	Empresa	Instituição financeira	Índices financeiros exigidos	Garantias
(a)	Ecosul	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(b)	Ecocataratas	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(c)	Ecocataratas	Banco do Brasil/ Bradesco	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(d)	Ecocataratas	BNDES	Não exigem manutenção dos índices.	Carta-fiança.
(e)	Ecocataratas	Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(f)	Ecopistas	BNDES	(i) a razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o "Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization - EBITDA" ajustado deve ser inferior a 4,00 pontos. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 30 de junho de 2018, com exceção do ICSD.	Cessão dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios, bem como as receitas acessórias decorrentes da concessão e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.
(g)	Ecoporto Santos	Banco Itaú	Não exigem manutenção dos índices.	Sem garantia.
(h)	Eco101	BNDES	Não exigem manutenção dos índices	Cessão de direitos creditórios.
(i)	Eco101	Banco Volkswagen	Não exigem manutenção dos índices	Sem garantia.
(j)	Ecoponte	BNDES	(i) Razão entre o patrimônio líquido ajustado e o passivo total deve ser igual ou superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,30 pontos; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior ou igual a 4,00 pontos.	Penhor de ações da EcoRodovias. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de que a Ecoponte é titular, decorrentes do contrato de concessão, os direitos emergentes da concessão inclusive os relativos a eventuais indenizações. Fiança pela EcoRodovias.
(k)	Ecosul	Leasing	Não exigem manutenção dos índices.	Alienação do bem.
(l)	Ecoporto Santos	Banco Deutsche Bank AS	(i) patrimônio líquido deve ser superior a 20.000; (ii) a razão entre o patrimônio líquido e o ativo total da controladora deve ser superior a 20%.	Alienação EcoRodovias Infraestrutura.

Notas Explicativas

O resumo dos índices financeiros em 30 de junho de 2018 está demonstrado a seguir:

Índices financeiros Ecopistas (f)	Exigido	Medido
PL/passivo total	≥ 20%	34,70%
Cobertura da dívida	≥ 1,20	1,00 (i)
Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,69(ii)
Índices financeiros Ecoporto (l)	Exigido	Medido
Patrimônio líquido tangível (Ecoporto)	> 20.000	307.006
PL/ativo total (controladora)	> 20%	8,00%(iii)
Índices financeiros Ecoponte (j)	Exigido	Medido
PL/passivo total	≥ 20%	55,4%
Cobertura da dívida	≥ 1,30	n.m. (iv)
Dívida líquida/EBTIDA ajustado	≤ 4,00	-0,01

- i) Índice amparado por fiança da controladora Ecorodovias Concessões e Serviços. O não atingimento do índice limita a distribuição de dividendos
- ii) Não há cláusula no contrato com relação ao vencimento antecipado
- iii) O índice está amparado por Waiver
- iv) ICSD não apurado, conforme clausula 6ª, c) - Será calculado após um ano do início da amortização (Janeiro de 2019).

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados na controlada indireta Eco101 são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
A	188.473	188.473	17.451	150 parcelas
B1	66.237	66.237	1.427	150 parcelas
B2	52.483	33.942	640	150 parcelas
B3	117.799	40.563	393	150 parcelas
B4	28.388	-	-	150 parcelas
B5	22.493	-	-	150 parcelas
B6	50.485	-	-	150 parcelas
C1	54.165	-	-	150 parcelas
C2	28.231	-	-	150 parcelas
C3	99.159	-	-	150 parcelas
C4	50.671	-	-	150 parcelas
C5	26.409	-	-	150 parcelas
C6	92.762	-	-	150 parcelas
C-SOCIAL	4.389	-	-	150 parcelas
Total	882.144	329.215	19.911	

Notas Explicativas

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados na controlada indireta Ecopistas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	67.874	114 mensais
b	85.528	85.528	52.689	114 mensais
c	-	-	-	-
d	27.999	27.999	13.263	114 mensais
e	21.769	21.769	5.442	10 anuais
f	21.769	-	-	10 anuais
g	21.769	-	-	10 anuais
h	22.218	-	-	114 mensais
i	4.848	-	-	10 anuais
j	11.281	11.281	2.969	114 mensais
k	29.846	22.438	5.905	114 mensais
l	9.169	9.169	1.834	10 anuais
Total	355.396	277.384	149.976	

Os subcréditos e liberações do BNDES efetuados na controlada indireta Ecofonte são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	107.466	51.719	863	177 mensais
b	177.920	9.126	-	157 mensais
c	118.915	-	-	163 mensais
d	10.625	-	-	177 mensais
e	2.074	-	-	157 mensais
Total	417.000	60.845	863	

A Companhia possui um plano para quitação das dívidas de curto prazo através da captação de novas debêntures e a utilização de recursos próprios para pagamento de parcelas de amortização que vencem em 2018. A Administração entende que o plano será implementado que não haverá quebra ou *default* dos contratos vigentes.

Notas Explicativas**15. DEBÊNTURES**

A posição das debêntures está resumida a seguir:

Descrição	Vencimento	Taxa média de juros	Controladora		Consolidado	
			30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
1ª Emissão - Ecovia Caminho do Mar	05/2019	106,5% CDI a.a.	-	-	156.415	151.294
1ª Emissão - Ecosul	05/2020	107,0% CDI a.a.	-	-	161.953	156.626
2ª Emissão - Ecosul	06/2020	110,75% CDI a.a.	-	-	50.123	50.073
3ª Emissão - Ecosul	06/2020	107,0% CDI a.a.	-	-	54.260	52.443
2ª Emissão - Ecovias dos Imigrantes	04/2024	IPCA+3,8/IPCA+4,28%a.a.	-	-	1.193.889	1.194.292
1ª Emissão - Ecocataratas	05/2019	106,5% CDI a.a.	-	-	201.964	195.228
1ª Emissão - Ecopistas	01/2023	IPCA+8,25% a.a.	-	-	429.690	447.317
1ª Emissão - Eco101	12/2018	CDI + 1,8% a.a.	-	-	24.923	24.847
2ª Emissão - EcoRodovias Infraestrutura	06/2020	105,5% CDI a.a.	86.876	84.053	-	-
3ª Emissão - EcoRodovias Infraestrutura	04/2020	CDI +1,25% a.a.	131.082	-	131.082	-
1ª Emissão - Ecorodovias Concessões (Cessão)	04/2020	CDI+1,42% a.a.	-	-	372.968	608.943
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões (1ª Série)	10/2018	CDI+0,79% a.a.	-	-	81.025	80.850
2ª Emissão - Ecorodovias Concessões (2ª e 3ª Série)	10/2022	IPCA+5,0% a.a./IPCA+5,35% a.a.	-	-	814.974	778.926
3ª Emissão - Ecorodovias Concessões	08/2019	106,0% CDI a.a.	-	-	220.208	216.840
5ª Emissão - Ecorodovias Concessões	12/2018	109,0% CDI a.a.	-	-	108.265	104.574
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (1ª e 2ª Série)	11/2022	106,00% e 110,25% CDI a.a.	-	-	1.076.856	1.070.399
6ª Emissão - Ecorodovias Concessões (3ª Série)	11/2024	IPCA+6,0% a.a.	-	-	31.491	30.038
1ª Emissão - Ecorodoanel	03/2020	119,0% do CDI a.a.	-	-	899.484	-
1ª Emissão - Ecoporto Santos	06/2019	CDI + 1,85% a.a.	-	-	120.213	252.558
			217.958	84.053	6.129.783	5.415.248
Circulante			2.049	-	1.265.949	1.074.858
Não circulante			215.909	84.053	4.863.834	4.340.390

A movimentação do período de seis meses das debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Saldo no início do período	84.053	-	5.415.248	4.106.628
Adição	128.901	79.975	1.025.298	409.143
Encargos financeiros (vide Nota Explicativa nº25)	5.004	617	235.804	223.092
Pagamento principal	-	-	(372.549)	(132.160)
Pagamento de juros	-	-	(174.018)	(253.377)
Saldo no final do período	217.958	80.592	6.129.783	4.353.326

Notas Explicativas

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 15 de abril de 2013, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no valor nominal total de R\$881 milhões atualizado monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$200 milhões, com juros remuneratórios de 3,80% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;
- (ii) 2ª série - R\$681 milhões, com juros remuneratórios de 4,28% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro foi pago em 15 de abril de 2014 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2024, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2022, 2023 e 2024.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza, e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

1ª Emissão

Em 15 de janeiro de 2011, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios em quatro séries, no valor nominal total de R\$370 milhões, atualização monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, sendo:

- (i) 1ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de janeiro, o primeiro pagamento foi em 15 de janeiro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de janeiro de 2023, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de janeiro nos anos de 2013 a 2023;
- (ii) 2ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de abril nos anos de 2012 a 2022;
- (iii) 3ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de julho, o primeiro pagamento foi em 15 de julho de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de julho de 2022, amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de julho nos anos de 2012 a 2022; e
- (iv) 4ª série - R\$92.500 mil, com juros remuneratórios de 8,25% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2012 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022,

Notas Explicativas

amortização paga em onze parcelas anuais e sucessivos, no dia 15 de outubro nos anos de 2012 a 2022;

A emissão conta com garantia real representada por penhor de 100% das ações e cessão fiduciária de 100% dos direitos creditórios, compartilhadas com BNDES.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

2ª Emissão

Em 12 de julho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em cinco séries, no montante total de R\$300 mil, para colocação privada, sendo que a controladora direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., adquiriu a totalidade das debêntures e a liquidação das séries acontecerá de acordo com a necessidade de caixa da Companhia. A taxa de remuneração das debêntures será: 1ª série: 105,0% do CDI; 2ª, 3ª, 4ª e 5ª séries: 105,5% do CDI. Os pagamentos de principal e juros serão realizados integralmente na data de seus vencimentos, sendo: 1ª série 14 de julho de 2025; 2ª série: 14 de outubro de 2025; 3ª série: 14 de janeiro de 2026; 4ª série 14 de abril de 2026; e 5ª série 14 de julho de 2026. As liquidações financeiras ocorreram da seguinte forma:

- Em 14 de julho de 2017, foram liquidados R\$100 mil referentes a primeira série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.
- Em 14 de dezembro de 2017, foram liquidados R\$70 mil referentes a segunda série, R\$40 mil referentes a terceira série e R\$40 mil referentes a quarta série e não são exigidos cumprimento de índices financeiros.

A emissão não conta com garantia de qualquer natureza.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

Em 04 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$143 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/16 105,7% do CDI -quitado (ii) de 04/03/2016 a 15/05/17 115,0% do CDI, quitado (iii) de 15/05/2017 a 15/05/19 106,5% do CDI, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2019. A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

1ª Emissão

Em 17 de novembro de 2014, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$148 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das

Notas Explicativas

debêntures incidem juros remuneratórios de: (i) da data da emissão a 04/03/16 105,7% do CDI over -quitado (ii) de 04/03/2016 a 15/05/17 115,0% do CDI over, quitado (iii) de 15/05/2017 a 15/05/20 107% do CDI over, e amortização em parcela única na data de vencimento 15 de maio de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

2ª Emissão

Em 17 de janeiro de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107,5% do CDI over, pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 17 dos meses de junho e dezembro, o primeiro pagamento foi efetuado em 17 de junho de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 17 de junho de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

3ª Emissão

Em 02 de junho de 2017, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$50 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 107% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas

Em 17 de maio de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$185 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,50% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 17 de maio de 2019.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Notas Explicativas

Eco101 Concessionária de Rodovias S.A.

Em 29 de junho de 2017, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$25 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,80% aa, pagos semestralmente sempre no dia 29 dos meses de junho e dezembro sendo o primeiro pagamento em 29 de dezembro de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 29 de dezembro de 2018.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

1ª Emissão (EcoRodovias Infraestrutura – Cessão de dívida)

Em 24 de abril de 2015, foi realizada a 1ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória em duas séries, no valor nominal total de R\$600 milhões.

Em 10 de agosto de 2016, foi firmado o 2º aditamento da Escritura onde a Emissora (EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.) cedeu à Fiadora (Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.) a totalidade dos direitos e obrigações por ela adquiridos e assumidos nos documentos relativos as Debêntures, mediante a substituição da posição contratual da Emissora pela Fiadora e assunção da Dívida representada pelas Debêntures pela Fiadora ("cessão"). Em virtude da Cessão a Fiadora passou a ser a nova emissora das Debêntures, sendo certo, portanto, que a Emissão (após a Cessão) não contou mais com garantia fidejussória da Fiadora ou terceiros.

- (i) 1ª série R\$232 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,18% aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2018, amortização paga em uma parcela, no dia 15 de abril de 2018;
- (ii) 2ª série R\$368 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 1,42% aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2015 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de abril de 2020, amortização paga em duas parcelas, no dia 15 de abril nos anos de 2019 e 2020;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Notas Explicativas

2ª Emissão

Em 15 de outubro de 2012, foi realizada a 2ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$800 milhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$240 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescido de 0,79% aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de abril e outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de abril de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2018, amortização paga em três parcelas anuais, no dia 15 de outubro nos anos de 2016 a 2018;
- (ii) 2ª série R\$160 milhões, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,0% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2019, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2018 e 2019;
- (iii) 3ª série R\$400 milhões, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 5,35% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de outubro, o primeiro pagamento foi em 15 de outubro de 2013 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2022, amortização paga em três parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2020 a 2022.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

3ª Emissão

Em 18 de novembro de 2016, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$215 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 114,0% do CDI over, pagos em duas parcelas semestrais e uma parcela trimestral, o primeiro pagamento foi em 18 de maio de 2017 e o último na data de vencimento junto com a amortização em 19 de fevereiro de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

4ª Emissão

Em 12 de abril de 2017, foi realizada a 4ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$300 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,5% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 12 de abril de 2025.

Notas Explicativas

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

5ª Emissão

Em 22 de junho de 2017, foi realizada a 5ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$100 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 109,0% do CDI over. O juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 22 de dezembro de 2018.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

6ª Emissão

Em 14 de dezembro de 2017, foi realizada a 6ª emissão de debêntures simples, Nominativa, Escritural, sem emissão de cautela, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, no valor nominal total de R\$1.100 bilhões, sendo:

- (i) 1ª série R\$319.550 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 106,0% do CDI aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2020, amortização paga em parcela única na data do vencimento;
- (ii) 2ª série R\$750.450 milhões, sem atualização monetária, sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 110,25% do CDI aa pagos semestralmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de maio e novembro, o primeiro pagamento será em 15 de maio de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de novembro de 2022, amortização paga em duas parcelas anuais, em 15 de novembro de 2021 e 15 de novembro de 2022;
- (iii) 3ª série R\$30.000 milhões, atualizados monetária pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 6,0% aa pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de novembro, o primeiro pagamento será em 15 de outubro de 2018 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de outubro de 2024, amortização paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de outubro nos anos de 2023 e 2024;

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Notas Explicativas

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

2ª emissão

Em 02 de junho de 2017, foi realizada a 2ª emissão de debêntures não conversíveis em ações da espécie quirografária, para colocação PRIVADA em série única, no valor nominal total de R\$80 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 105,50% do CDI over. Os juros e amortização serão pagos em parcela única na data de vencimento 02 de junho de 2020.

A emissão não conta com garantias de qualquer natureza e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

A emissão não requer a manutenção de índices financeiros (*covenants*).

3ª emissão

Em 23 de março de 2018 a Companhia, aprovou a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor R\$130.000. O prazo de vencimento das Debêntures será de 2 anos a contar da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 13 de abril de 2020. As Debêntures não contarão com garantias de qualquer natureza.

Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel

Em 29 de março de 2018, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, série única, no valor nominal total de R\$900 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 119,0% do CDI, os juros serão pagos trimestralmente sempre no dia 15 dos meses de junho, setembro, dezembro e março, com primeiro vencimento em 15 de junho de 2018 e o último pagamento no vencimento e a amortização em parcela única na data de vencimento 15 de março de 2020.

A emissão conta com garantia adicional fidejussória na forma de fiança da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

Ecoporto Santos S.A.

Em 15 de junho de 2012, foi realizada a 1ª emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real e fidejussória, em série única, no valor nominal total de R\$600 milhões, sem atualização monetária. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem juros remuneratórios de 100% do CDI over acrescidos de 1,85% aa, pagos anualmente sempre no dia 15 dos meses de junho dos anos 2013 a 2019. A amortização do principal será paga em 6 parcelas anuais sempre no dia 15 de junho dos anos 2014 a 2019.

A emissão conta com garantia real e adicional fidejussória na forma de fiança da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., e não é objeto de repactuação programada.

A Emissora vem cumprindo, regularmente e dentro do prazo a todas as obrigações previstas na Escritura de emissão.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

Notas Explicativas

	Consolidado					
	30/06/2018			31/12/2017		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2018	-	(263)	(263)	-	(296)	(296)
2019	366.987	(3.284)	363.703	967.249	(7.583)	959.666
2020	2.217.150	(9.367)	2.207.783	1.122.409	(6.138)	1.116.271
2021	684.201	(5.230)	678.971	678.645	(5.231)	673.414
2022	953.765	(2.928)	950.837	943.362	(2.954)	940.408
Posteriores a 2022	664.623	(1.820)	662.803	652.227	(1.300)	650.927
	<u>4.886.726</u>	<u>(22.892)</u>	<u>4.863.834</u>	<u>4.363.892</u>	<u>(23.502)</u>	<u>4.340.390</u>

Notas Explicativas

A companhia possui contratos com Cláusulas (“*covenants*”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Empresa	Emissão	Descrição da cláusula	Índice requerido	Atingido
Ecocataratas	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	0,70
Ecovias	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,5x	1,38
		Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	> 2,0x	11,33
Ecopistas	1ª	Patrimônio líquido/Passivo total	> 20%	34,70%
		ICSD - Índice de cobertura serviço da dívida	≥ 1,20x	2,06
		Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 5,5x	4,42
Ecosul	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,26
	2ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	< 3,0x	1,26
	3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	1,26
Ecorodovias Concessões	1ª	Dívida líquida/Ebitda	≤ 3,75x	2,41
	2ª	Dívida líquida/Ebitda	< 3,5x	2,57
		Ebitda ajustado/Despesa financeira líquida	> 2,0x	5,63
	3ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,41
		Ebitda /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	6,01
	4ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,75x	2,41
		Ebitda /Despesa financeira líquida	≥ 2,5x	6,01
5ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	2,41	
	Ebitda /Despesa financeira líquida	≥ 2,0x	6,01	
Ecoporto (*)	1ª	Dívida líquido/Ebitda	< 3,0x	10,78
		Ebitda/Despesa financeira líquida	> 3,0x	0,48
Ecovia	1ª	Dívida líquida/Ebitda ajustado	≤ 3,5x	0,44

(*) Índice amparado por carta fiança da Companhia.

Notas Explicativas

Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Emissora	Série	Data	Valor nominal	Taxa de juros	TIR
	Debêntures - 1ª série	15/10/2012	240.000	CDI + 0,79% a.a	11,55% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/10/2012	160.000	5,00%+ IPCA a.a.	11,21% a.a.
	Debêntures - 3ª série	15/10/2012	400.000	5,35%+ IPCA a.a.	10,82% a.a.
	Debêntures - 2ª série	24/05/2015	368.000	CDI + 1,42% a.a.	12,03% a.a.
Ecorodovias Concessões e Serviços	Debêntures - Série única	18/11/2016	215.000	106,0% CDI	9,09% a.a.
	Debêntures - Série única	12/04/2017	300.000	105,5% CDI	6,97% a.a.
	Debêntures - Série única	22/06/2017	100.000	109,0% CDI	7,76% a.a.
	Debêntures - 1ª série	14/12/2017	319.550	106,0% CDI	6,77% a.a.
	Debêntures - 2ª série	14/12/2017	750.450	110,25% CDI	7,05% a.a.
	Debêntures - 3ª série	14/12/2017	30.000	IPCA + 6,0% a.a	9,07% a.a.
EcoRodovias Infraestrutura e Logística	Série única	02/06/2017	80.000	105,5% CDI	7,17% a.a.
EcoRodovias Infraestrutura e Logística	Série única	13/04/2018	130.000	CDI + 1,25%	7,68% a.a.
Ecovias dos Imigrantes	Debêntures - 1ª série	15/04/2013	200.000	IPCA + 3,80% a.a.	9,52% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/04/2013	681.000	IPCA + 4,28% a.a.	9,18% a.a.
Ecopistas	Debêntures - 1ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%a.a	14,45% a.a.
	Debêntures - 2ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%a.a	14,63% a.a.
	Debêntures - 3ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%a.a	14,56% a.a.
	Debêntures - 4ª série	15/01/2011	92.500	IPCA + 8,25%a.a	14,46% a.a.
	Debêntures Privada - 1ª série	14/07/2017	100.000	105,0% CDI	6,80% a.a.
	Debêntures Privada - 2ª série	14/12/2017	70.000	105,5% CDI	6,74% a.a.
	Debêntures Privada - 3ª série	14/12/2017	40.000	105,5% CDI	6,74% a.a.
	Debêntures Privada - 4ª série	14/12/2017	40.000	105,5% CDI	6,74% a.a.
Eco101	Série única	30/06/2017	25.000	CDI + 1,80% a.a.	8,96% a.a.
Ecoporto Santos	Série única	15/06/2012	600.000	CDI + 1,85% a.a.	12,12% a.a.
Ecocataratas	Série única	17/05/2017	185.000	106,5% CDI	7,59% a.a.
Ecosul	Série única	17/11/2014	148.000	107,0% CDI	11,11% a.a.
Ecosul	Série única	17/01/2017	50.000	107,5% CDI	8,12% a.a.
Ecosul	Série única	02/06/2017	50.000	110,75% CDI	7,28% a.a.
Ecovia	Série única	04/11/2014	143.000	106,5% CDI	11,92% a.a.
Ecorodoanel	Série única	29/03/2018	900.000	119,0% CDI	7,61% a.a.
			<u>6.695.000</u>		

Notas Explicativas

16. PARTES RELACIONADAS

A Companhia e suas controladas contratam serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente, ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário e serviços administrativos e financeiros.

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, compete ao Conselho de Administração aprovar a celebração de contratos entre a Companhia e qualquer um de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus acionistas controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e analisará sua adequação às condições e práticas de mercado (*arm's length basis*)

Em 30 de junho de 2018, os saldos relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Notas Explicativas

Controladora	Ativo			Passivo			Resultado		
	Natureza	Circulante	Não circulante/ Intangível	Circulante	Não circulante	Receita	Juros de mútuo	Juros Cessão de dívida	
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (l)	Controlada direta	2.481	-	-	-	-	-	-	
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controlada direta	-	-	-	343.440	-	19.999	-	
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (g)	Controlada direta	-	-	133.826	614.295	-	-	19.549	
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (l)	Controlada direta	-	-	67	-	-	-	-	
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (n)	Controlada indireta	51	-	-	-	309	-	-	
Ecorodoanel (r)	Controlada direta	80	-	-	-	-	-	-	
Ecoporto Santos S.A. (p)	Controlada direta	-	36.103	-	-	-	2.287	-	
Termares Term. Mar. Alfandegados Ltda. (o)	Controlada direta	-	4.780	-	-	-	303	-	
Total em 30 de junho de 2018		2.612	40.883	133.893	957.735	309	22.589	19.549	
Total em 31 de dezembro de 2017		1.324	38.681	414.666	640.347				
Total em 30 de junho de 2017						2.347	20.061	38.789	

Consolidado	Natureza	Ativo		Passivo		Resultado	
		Circulante Clientes	Não circulante/ Intangível	Circulante	Custos e Despesas		
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (a)	Outras partes relacionadas	546	-	-	-	-	-
Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (m)	Outras partes relacionadas	32	-	-	-	-	-
Elog S.A. (a)	Outras partes relacionadas	214	-	2	-	-	-
CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	17.124	1.671	-	-	-
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	1.598	142	-	-	-
CR Almeida S.A. Engenharia de Obras (i)	Outras partes relacionadas	-	5.734	-	-	-	-
SBS Engenharia e Construções S.A (k)	Outras partes relacionadas	-	17.151	20	-	-	-
A. Madeira Indústria e Comércio Ltda. (j)	Outras partes relacionadas	-	5.437	389	-	-	-
Contek Engenharia S.A. (h)	Outras partes relacionadas	-	5.436	394	-	-	-
Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. (e)	Outras partes relacionadas	-	4.260	323	-	-	-
Incopal Constr. Ltda. (f)	Outras partes relacionadas	-	509	218	-	-	-
Consórcio Baixada Santista (t)	Outras partes relacionadas	-	6.344	1.185	-	-	-
Consórcio Alças da Ponte (s)	Outras partes relacionadas	-	-	1.735	-	-	-
Vix Logística S.A (d)	Outras partes relacionadas	-	-	438	2.934	-	-
Unimar Transportes Ltda. (q)	Outras partes relacionadas	-	-	420	2.731	-	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. Ecosul (n)	Controlada indireta	-	-	-	309	-	-
Total em 30 de junho de 2018		792	63.593	6.937	5.974		
Total em 31 de dezembro de 2017		583	290.677	15.594			
Total em 30 de junho de 2017							5.951

Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas estão apresentadas a seguir:

- (a) A Companhia presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$176.929, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano. O saldo a pagar das faturas de serviços em 30 de junho de 2018 é de R\$760.
- (b) O valor de R\$343.440 (R\$326.441 em 31 de dezembro de 2017) refere-se a contrato de mútuo com a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. O mútuo será corrigido através de 105% do CDI com vencimento até 12 de junho de 2020.
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., pertence aos acionistas da C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material asfáltico à: Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovias das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A, Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. O valor do contrato firmado para execução dos serviços contratados entre as Companhias e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$124.830 com vigência até 31 de maio de 2020. Em 30 de junho de 2018 o saldo em aberto a pagar é de R\$1.813 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (d) A Vix Logística S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Vix e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor do contrato firmado para execução dos serviços contratados é de R\$30.006 (dos quais R\$26.591 já foram incorridos) com prazo de execução desses serviços até novembro de 2018. Em 30 de junho de 2018 o saldo a pagar é de R\$438 com vencimento em até 45 dias.
- (e) A Contratada Engenharia e Construtora Araribóia Ltda. participa do Consórcio Construtor Amarco, sendo que possui 26% de participação deste consórcio. O objeto do contrato entre o Consórcio Amarco e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O valor do contrato firmado para execução dos serviços contratados é de R\$189.862 (R\$49.364 participação da Araribóia) com vigência encerrada em 29 de junho de 2018. Em 30 junho de 2018 o saldo a pagar é de R\$323 com vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (f) A Incospal Construções Pré-fabricadas S.A. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101 Concessionária de Rodovias S.A. O objeto do contrato entre a Incospal e a Eco101 é a prestação de serviços de fornecimento e implantação, transporte e montagem de peças pré-fabricadas para praças de pedágio, ao longo da BR-101/ES. O valor do contrato firmado para execução dos serviços contratados é de R\$7.373 com vigência encerrada em julho de 2016. Em 30 de junho de 2018 o saldo a pagar é de R\$218.
- (g) A Companhia celebrou em 10 de agosto de 2016 a contrato de Cessão e assunção onerosa de obrigações e outras avenças com a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. o qual será ajustado nos mesmo termos previstos na Escritura, no qual cedeu a dívida de R\$600.000 em debêntures em duas séries: - 1ª série CDI+1,18% a.a. com vencimento

Notas Explicativas

em 15 de abril de 2018 e – 2ª série CDI 1,42% a.a. com vencimento em 15 de abril de 2020.

- (h) A Contratada Contek Engenharia S.A. participa do Consórcio Construtor Amarco, sendo que possui 37% de participação deste consórcio. O objeto do contrato entre o Consórcio Amarco e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O valor do contrato firmado para execução dos serviços contratados é de R\$189.862 (R\$70.249 participação da Contek) com vigência encerrada em 29 de junho de 2018. Em 30 de junho de 2018 o saldo a pagar é de R\$394, tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (i) A CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, que detém participação na Primav Infraestrutura S.A., controladora do Grupo EcoRodovias, do qual a Companhia faz parte, foi contratada para a execução obra do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto trecho Taubaté/SP125 especificadamente os lotes 02 e 03. O valor do contrato firmado para execução dos serviços contratados é de R\$120.779 com prazo encerrado para execução dos serviços em 31 de março de 2018. Em 30 de junho de 2018, não há saldo a pagar em aberto de serviços incorridos.
- (j) A Contratada A. Madeira Ind e Com. Ltda, participa do Consórcio Construtor Amarco, sendo que possui 37% de participação deste consórcio. O objeto do contrato entre o Consórcio Amarco e a Eco101 é a duplicação na BR-101. O prazo para execução desses serviços foi 29 de junho de 2018. O valor do contrato firmado para execução dos serviços contratados é de R\$189.862 (R\$70.249 participação da A. Madeira) com vigência encerrada em 29 de junho de 2018. Em 30 de junho de 2018 o saldo a pagar é de R\$389, tem vencimento em até 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (k) A SBS Engenharia e Construção Ltda., presta serviços de transporte de misturas asfálticas e agragados diversos nas frentes de serviços de pavimentação no polo rodoviário da Ecosul, contemplando os serviços de aplicação de desmoldante na caçamba, carregamento, enlonamento, pesagem e descarga. O valor do contrato firmado para execução dos serviços contratados é de R\$95.523 com prazo de execução desses serviços até 30 de junho de 2021. Em 30 de junho de 2018 o saldo a pagar é de R\$20, tem vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (l) Refere-se ao rateio de custos da remuneração dos diretores compartilhados entre a Companhia e a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (vide nota de remuneração dos administradores).
- (m) Refere-se a troca de Numerários entre Ecopátio e Ecopistas.
- (n) Refere-se ao aluguel de imóvel onde está localizada a sede da Ecosul. O saldo tem vencimento em 30 dias.
- (o) Refere-se ao contrato de mútuo, sendo a mutuária a controlada Termares. O mútuo será corrigido através da taxa de 105% do CDI com vencimento em 31 de dezembro de 2021.

Notas Explicativas

- (p) Refere-se a contrato de mútuo, sendo a mutuária a controlada Ecoporto Santos S.A. O mútuo será corrigido através da taxa de 105% do CDI com vencimento em 31 de dezembro de 2021.
- (q) A Unimar Transportes Ltda. é parte relacionada da Centaurus Participações, que possui 27,5% de participação no capital social da Eco101. O objeto do contrato entre a Unimar e a Eco101 é de resgate e socorro mecânico a veículos dentro do sistema rodoviário administrado pela concessionária e a locação dos veículos para tal prestação. O valor do contrato firmado para execução dos serviços contratados é de R\$27.529 (dos quais R\$24.587 os serviços já foram executados) com prazo de execução desses serviços até novembro de 2018.. Em 30 de junho de 2018 o saldo a pagar é de de R\$420 com vencimento em até 45 dias.
- (r) Refere-se ao gastos com emissão de debêntures.
- (s) O Consórcio Alças da Ponte, presta serviços de execução de serviços de implantação da alça de acesso entre a ponte rio-niterói com a linha vermelha e avenida portuária na cidade do Rio de Janeiro. O valor do contrato firmado para execução dos serviços contratados é de R\$228.605 (dos quais R\$1.994 os serviços já foram executados), com prazo de execução desses serviços até 31 de março de 2020. Em 30 de junho de 2018 o saldo a pagar é de R\$1.735.
- (t) O Consórcio Baixada Santista, presta serviços de execução de serviços de implantação de acesso na SP-150 Rodovia Anchieta pista norte KM 56. O valor do contrato firmado para execução dos serviços contratados é de R\$22.899 (dos quais R\$18.219 os serviços já foram executados), com prazo de execução desses serviços até 31 de dezembro de 2018. Em 30 de junho de 2018 o saldo a pagar é de R\$1.185.

Os saldos de contrato mútuo entre empresas controladas em 30 de junho de 2018 não aparecem nas demonstrações financeiras por não envolver a controladora e são eliminados no consolidado. Os saldos estão apresentados a seguir:

Mutuante	Mutuário	Emissão	Vencimento	Taxa	30/06/2018	31/12/2017
Ecorodovias Concessões	Ecopistas EcoRodovias	10/2010	03/2025	100% CDI + 1,20% a.a.	137.914	133.627
Ecorodovias Concessões	Infraestrutura	06/2015	06/2020	105,0% CDI	343.440	326.441
Ecorodovias Infra	Ecoporto Santos	10/2015	12/2021	105,0% CDI	36.103	34.158
Ecorodovias Infra	Termares	11/2015	12/2021	105,0% CDI	4.780	4.522
Termares	Ecoporto Santos	09/2015	12/2021	105,0% CDI	6.075	5.748
Termares	Ecoporto Santos	10/2015	12/2021	105,0% CDI	2.057	1.947
					<u>530.369</u>	<u>506.443</u>

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades da Companhia.

No período findo em 30 de junho de 2018, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Notas Explicativas

Em Assembleia Geral Ordinária, foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício a findo em 31 de dezembro de 2018 em R\$19.324 (R\$19.176 para o exercício de 2017), sendo que parte do valor proposto para a remuneração de alguns administradores poderá ser rateado entre a Companhia e suas controladas, conforme definido em contrato de compartilhamento de custos.

A remuneração do período de seis meses provisionada aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	30/06/2018	30/06/2017
Remuneração (fixa/variável)	3.366	2.208
Plano de retenção	2.237	2.162
Plano de opção com base em ações	68	515
Remun. baseada em ações (<i>Phantom Stock Option/Restricted Stock</i>)	(1.059)	957
Seguro de vida	4	4
Assistência saúde	68	85
Previdência privada	117	158
INSS (sobre salários, plano de retenção e Incentivos de longo prazo - ILP (<i>Phantom Stock Option - PSO + Phantom Restricted Stock - PRS</i>))	731	1.138
	<u>5.532</u>	<u>7.227</u>

17. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO - CONSOLIDADO

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente com taxas de 6,58% a 11,85% ao ano, em média, correspondentes as taxas médias ponderadas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho, e as intervenções ocorrem, em média, a cada quatro anos, estando demonstrados a seguir:

	31/12/2017	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2018
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 24)	1.142.368	50.742	-	-	1.193.110
Efeito do valor presente sobre constituição (vide Nota Explicativa nº 24)	(232.403)	(11.878)	-	-	(244.281)
Realização da manutenção	(809.532)	-	(44.419)	-	(853.951)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	169.191	-	-	14.101	183.292
	<u>269.624</u>	<u>38.864</u>	<u>(44.419)</u>	<u>14.101</u>	<u>278.170</u>
Circulante	90.503				113.874
Não circulante	179.121				164.296

	31/12/2016	Adição (custo)	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2017
Constituição da provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 24)	1.002.111	57.007	-	-	1.059.118
Efeito do valor presente sobre a constituição (vide Nota Explicativa nº 24)	(210.773)	(13.854)	-	-	(224.627)
Realização da manutenção	(662.515)	-	(49.703)	-	(712.218)
Ajuste a valor presente – realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	139.249	-	-	14.971	154.220
	<u>268.072</u>	<u>43.153</u>	<u>(49.703)</u>	<u>14.971</u>	<u>276.493</u>
Circulante	87.531				58.048
Não circulante	180.541				218.445

Notas Explicativas**18. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS - CONSOLIDADO**

Os valores provisionados como obras futuras em contrapartida ao ativo intangível são decorrentes dos gastos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível e, os valores são ajustados a valor presente a taxas entre 9,50% e 10,73% ao ano, em média, correspondentes às taxas médias ponderadas de captação de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33, em que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2017	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2018
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(47.321)	(159)	-	(47.480)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	15.939	-	1.558	17.497
	<u>65.266</u>	<u>(159)</u>	<u>1.558</u>	<u>66.665</u>
Circulante	57.568			57.409
Não circulante	7.698			9.256

	31/12/2016	Pagamento	Efeito financeiro	30/06/2017
Constituição da provisão para obras futuras	117.975	-	-	117.975
Efeito do valor presente sobre a constituição	(21.327)	-	-	(21.327)
Realização da construção	(35.867)	(8.833)	-	(44.700)
Ajuste a valor presente - realizações (vide Nota Explicativa nº 25)	11.111	-	2.414	13.525
	<u>71.892</u>	<u>(8.833)</u>	<u>2.414</u>	<u>65.473</u>
Circulante	38.124			43.884
Não circulante	33.768			21.589

19. OBRIGAÇÕES COM PODER CONCEDENTE - CONSOLIDADO**i) Outorgas fixas e variáveis**

	30/06/2018	31/12/2017
Parcelas:		
Fixas - Ecovias (a)	-	6.330
Fixas - Eco135 (l)	652.177	-
Variável - Ecovias (b)	1.131	1.500
Variável - Ecopistas (b)	344	412
Variável - Ecosul (e)	277	214
Taxa de fiscalização - Eco101 (i)	532	518
Taxa de fiscalização - Ecoponte (h)	276	269
Outras - Ecovia - Verba de fiscalização (c) (d)	257	257
Outras - Ecovia - Verba Polícia Rodoviária (g)	420	466
Outras - Ecocataratas - Verba de fiscalização (f) (g)	302	302
Outras - Ecocataratas - PRE/PRF (j)	2.035	2.794
Outras - Ecoporto - Taxas CODESP (k)	-	426
	<u>657.751</u>	<u>13.488</u>
Circulante	5.574	13.488
Não circulante	652.177	-

Notas Explicativas

- a) Conforme o contrato de concessão da controlada Ecovias dos Imigrantes, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo foi pago em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getulio Vargas (FGV).
- b) A parcela variável da controlada Ecovias e Ecopistas é calculada e paga mensalmente com base em 1,5% da receita de arrecadação.
- c) Pagamento da verba anual de fiscalização em parcelas mensais durante o período do contrato, sendo R\$60 mensais do início até o 11º ano e R\$66 mensais do 12º ano até o final do contrato. Em 30 de junho de 2018, o valor atualizado mensal é de R\$257 (R\$257 em 31 de dezembro de 2017).
- d) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária da controlada Ecovia.
- e) A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 1% da receita de arrecadação de pedágio.
- f) Verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 30 de junho de 2018, a parcela reajustada é de R\$302 (R\$302 em 31 de dezembro de 2017).
- g) As controladas Ecovia e Ecocataratas recolhem a título de taxa de fiscalização, mensalmente, a AGEPAR (Agência Reguladora do Paraná), o valor correspondente a 0,5% da receita de arrecadação de pedágio.
- h) Conforme contrato firmado em 18 de maio de 2015, deverá ser pago a título de fiscalização o valor nominal de R\$210 até o final da concessão reajustados nos mesmos prazos e índices da tarifa de pedágio. Em 30 de junho de 2018, o valor atualizado é de R\$269 (R\$269 em 31 de dezembro de 2017).
- i) Taxa de fiscalização da controlada Eco101: o valor anual a título de verba de fiscalização consistirá num montante de R\$3.722 divididos em 12 parcelas e deverá ser recolhido em favor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) até o 5º dia útil do mês subsequente ao vencido. A verba será reajustada anualmente, na mesma data e percentuais dos reajustes da tarifa de pedágio.
- j) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia.
- k) Referem-se ao pagamento de taxas à Companhia de Docas do Estado de São Paulo – CODESP, da controlada Ecoporto Santos, a título de: liberações e movimentações de contêineres, infraestrutura de atracação e declaração de transito aduaneiro.
- l) Conforme contrato de concessão assinado em 19 de junho de 2018, a outorga será paga em 348 parcelas mensais no valor de R\$5,9 milhões com reajuste pelo IPCA, a partir do 1º mês do 2º ano de vigência do contrato da concessão, correspondente a um total de R\$2.060. Em conformidade com o Pronunciamento contábil CPC12 – Ajuste a valor presente, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações com Poder Concedente, considerando uma taxa de desconto de 9,7% a.a. no valor de R\$1.408.

As controladas indiretas Ecovias dos Imigrantes e Ecopistas mantêm em vigor coberturas de seguros contra riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. As coberturas de seguro deverão ser mantidas em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário.

Notas Explicativas

A movimentação do período de seis meses das obrigações com Poder Concedente está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Saldo no início do período	13.488	32.441
Adição	2.060.000	-
Ajuste a valor presente	(1.407.823)	
Custo (vide Nota Explicativa nº 24)	30.996	26.664
Variação monetária sobre Obrigações com Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 25)	(50)	(1.488)
Pagamento do principal	<u>(38.860)</u>	<u>(35.346)</u>
Saldo no final do período	<u>657.751</u>	<u>22.271</u>

ii) Outros compromissos relativos a concessões

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A concessionária assumiu a responsabilidade pela restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):

- 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
- 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
- 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
- 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Concessionária opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, liga a região metropolitana de São Paulo ao porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista administrando 176,8 quilômetros de extensão.

Empresa Concessionária das Rodovias do Sul S.A. - Ecosul

A Concessionária tem como objeto exclusivo a exploração de rodovias pelo regime de concessão do denominado Polo Rodoviário de Pelotas.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
 - 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
 - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvínópolis, município de Cascavel - PR.
 - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.

Notas Explicativas

- 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao terminal turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

A Concessionária tem como objeto a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

ECO101 Concessionária de Rodovias S.A.

A concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$620 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.

Concessionária Ponte Rio-Niterói S.A. - Ecoponte

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de Verba de fiscalização à ANTT no valor anual inicial de R\$2.524 reajustados anualmente pelo índice de reajuste de tarifa de pedágio;
 - Recursos para desenvolvimento tecnológico: durante todo o período da concessão, a concessionária deverá, anualmente, destinar R\$421 a projetos e estudos que visem ao desenvolvimento tecnológico, de acordo com a regulamentação da ANTT.
- Eco135 Concessionária de Rodovias S.A.

A Concessionária assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- realizar, sob o regime de concessão, a prestação de serviços públicos de operação, gestão, ampliação, conservação e realização de investimentos necessários para a exploração do sistema rodoviário denominado Lote de Rodovias: (i) BR-135 – iniciando no km 367,65 (início da alça do trevo no entroncamento da BR-135 com a BR-122/251/365 – contorno Montes Claros) e findando no km 668,85 (início da alça do trevo do entroncamento da BR-135 com a BR-040(A) – São José da Lagoa, com extensão de 301,20km; (ii) MG-231 – iniciando no km 41,00 (entroncamento da MG-231 com a LMG-754 – Perímetro Urbano de Cordisburgo) e findando no km 63,65 (início da alça do entroncamento da MG-281 com a BR-040 - Paraopeba), com extensão de 22,65km; e (iii) LMG-754 – iniciando no km 2,85 (fim da alça do entroncamento da LMG-754 com a Avenida Brasil – Perímetro Urbano de Curvelo) e findando no km 42,95 (entroncamento da LMG-754 com a MG-231 – Perímetro Urbano de Cordisburgo), com extensão de 40,10km.

Notas Explicativas

As concessionárias estimam os montantes relacionados a seguir, em 30 de junho de 2018, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos Contratos de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados. Os investimentos relativos a Eco135 Concessionária de Rodovias S.A. estão sendo revisados e serão divulgados oportunamente.

30/06/2018								
Previsão ao fim do prazo de concessão								
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	Total
<u>Natureza dos custos</u>								
Melhorias na infraestrutura	63.865	199.186	333.090	50.284	62.392	1.602.658	623.159	2.934.634
Conservação especial (manutenção)	39.008	64.672	199.122	178.314	387.990	577.241	426.969	1.873.316
Equipamentos	11.116	37.592	54.138	8.974	228.972	351.818	88.204	780.814
Total	113.989	301.450	586.350	237.572	679.354	2.531.717	1.138.332	5.588.764

31/12/2017								
Previsão ao fim do prazo de concessão								
	Ecovia	Ecosul	Ecovias	Ecocataratas	Ecopistas	ECO101	Ecoponte	Total
<u>Natureza dos custos</u>								
Melhorias na infraestrutura	64.373	229.019	89.439	72.787	63.522	1.657.807	611.686	2.788.633
Conservação especial (manutenção)	44.384	66.950	223.586	194.627	385.860	562.604	417.870	1.895.881
Equipamentos	11.090	37.114	53.000	8.747	225.202	343.021	86.332	764.506
Total	119.847	333.083	366.025	276.161	674.584	2.563.432	1.115.888	5.449.020

Em 27 de março de 2018 foi publicada a decisão, em 1ª instância, da ação judicial relativa ao desequilíbrio contratual referente à alteração do projeto do prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto sob concessão da Ecopistas, cujo valor adicional é de R\$284 milhões.

Em 24 de abril de 2018, a Ecovias dos Imigrantes assinou com Artesp um aditivo contratual, que incluiu obras no valor de R\$270 milhões no contrato de concessão, que após correção pela inflação totalizou R\$278 milhões, que será reequilibrado pelo fluxo de caixa marginal, com extensão do prazo da concessão em 7 meses e 24 dias.

20. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DA ECOVIA, ECOCATARATAS E ECOPORTO SANTOS

Informações adicionais sobre o contrato de concessão

Ecocataratas

A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

A Concessionária e o Poder Concedente - DER/PR firmaram, em 27 de outubro de 2016, Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 073/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

Notas Explicativas

Também em dezembro de 2016 foi proferida decisão pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná acerca do relatório preliminar de auditoria no contrato de concessão da Ecocataratas. Referido julgamento acolheu parcialmente o contido no relatório de auditoria para que se implemente uma estrutura adequada de fiscalização pelos Órgãos Reguladores, assim como converteu o procedimento em tomada de contas extraordinária. Foram apresentados recursos pela Concessionária, Poder Concedente e Agência Reguladora acerca da referida decisão. Não há julgamento final ainda. A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

As eventuais decisões dos Tribunais de Contas ainda podem ser objeto de análise perante o Poder Judiciário.

Ecovia

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. faz parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras cinco concessionárias. O prazo final da concessão é novembro de 2021.

Em novembro de 2016 foi prolatado acórdão do Tribunal de Contas da União, derivado da apreciação dos pedidos de reexame apresentados pelas Concessionárias em abril/2012, face a solicitação do Congresso Nacional para auditoria nos contratos de concessão de rodovias do Paraná. O acórdão determina ao Poder Concedente que avalie a existência de eventual desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos e adote cláusula de revisão periódica da tarifa.

A Concessionária e o Poder Concedente – DER/PR firmaram, em 06 de setembro de 2017, 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão 076/97, mediante o qual as partes promoveram o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e acordaram o encerramento das demandas judiciais relacionadas ao tema.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante sua situação patrimonial e financeira e o resultado de suas operações não é provável.

Ecovia e Ecocataratas

Acerca das notícias veiculadas na mídia referentes à citação de 2 (duas) subsidiárias da Companhia (Concessionária Ecovia do Mar e Rodovia das Cataratas – Ecocataratas) no inquérito policial nº 5002963-29.2015.404.7013 e no inquérito policial relacionado a promulgação da Medida Provisória 752/2016, a Companhia informa que ambas investigações estão sendo conduzidas atualmente pela 23ª Vara Federal de Curitiba/PR, após declínio de competência do juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba/PR, pois os fatos ora em investigação não estão vinculados a atribuição exclusiva daquela vara para apuração de irregularidades. No complemento dos procedimentos internos realizados pela administração da Companhia em conformidade com o Comitê Corporativo de Gestão de Crises, o Conselho de Administração, cumprindo com seu dever de diligência, aprovou em 7 de março de 2018 a criação de um Comitê Independente, cujas principais responsabilidades são (a) apurar, com independência, cautela e responsabilidade, de maneira justa e imparcial, as alegações feitas contra a Companhia e suas subsidiárias, (b) realizar a contratação de empresa externa, independente e especializada para auxiliar na investigação interna dos fatos indicados no item anterior, (c) aprovar o plano de investigação, (d) receber e analisar as informações encaminhadas pela equipe responsável pela investigação, seja ela interna ou

Notas Explicativas

externa, (e) assegurar que a investigação seja conduzida de forma independente, zelando para que esta não seja impedida ou obstruída, (f) analisar e reportar ao Conselho de Administração as recomendações feitas pela equipe responsável pela investigação, (g) autorizar a equipe responsável pela investigação a se comunicar com autoridades competentes, inclusive reguladoras, para sanar dúvidas ou fazer questionamentos, (h) elaborar relatório final referente aos achados da investigação, bem como as recomendações do Comitê em relação às políticas internas e procedimentos relativos à investigação, assim como as medidas disciplinares e/ou legais cabíveis. O Comitê Independente reporta diretamente ao Conselho de Administração. Para o cumprimento do item b acima, a Companhia informou que de acordo com Ata da Reunião de Conselho da Administração realizada em 16 de abril de 2018, foi deliberada a contratação da empresa Koury Lopes Advogados. A Companhia informa que os trabalhos de investigação interna estão em andamento, com a análise dos documentos enviados pela Companhia, em atendimento das solicitações feitas pela empresa Koury Lopes Advogados. As subsidiárias Ecovia e Ecocataratas não foram objeto de denúncia em ação penal.

Ecoporto Santos S.A.

O Contrato de Arrendamento entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o Ecoporto Santos S.A. tem prazo previsto de 25 anos. Foram celebrados cinco termos aditivos ao Contrato, porém, tais termos não alteraram o prazo do Contrato, o qual se encerra, a princípio, em 12 de junho de 2023. A Cláusula Décima Sexta do Contrato prevê a sua prorrogação com até 12 meses de antecedência em relação ao término do Contrato, podendo ser concedida pelo Poder Concedente se o Ecoporto Santos cumprir com todas as suas obrigações legais e contratuais. Com o advento do novo Marco Regulatório do Setor, o Poder Concedente passou a ser o Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil – MTPAC, sendo a Agência Nacional dos Transportes Aquaviários - ANTAQ a responsável pela fiscalização e regulação do setor. O Ecoporto Santos requereu a prorrogação antecipada do contrato, instruindo o processo com a documentação pertinente, cujo processo administrativo deverá continuar a tramitar nos respectivos órgãos. No que concerne à prorrogação do Contrato, é necessário observar o disposto na legislação e regulamentação setorial (art. 57 da Lei nº 12.815/2013, Decreto 8.033/2013, conforme alterados, Portaria nº 349/2014 da SEP e Resolução nº 3.220/2014 da ANTAQ), sendo necessário que o requerimento do Ecoporto Santos esteja acompanhado de Plano de Investimentos, Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, bem como das informações necessárias à avaliação do cumprimento das obrigações contratuais vigentes. Em face da legislação atualmente vigente, a Administração considera que as chances de reconhecimento do direito de prorrogação do Contrato de Arrendamento são altas, desde que mantido o atual desempenho do Ecoporto Santos e observadas as prescrições da regulamentação setorial, em especial o estudo de viabilidade para o novo período contratual. Desse modo, o interesse público na manutenção das atividades será mantido, sendo esta a linha que o Ecoporto Santos adotará. Há que se ressaltar a pendência de julgamento definitivo de duas ações populares, nº 0010874-75.2002.403.6104 e nº 0002925-92.2005.4.03.6104, em trâmite perante a 1ª Vara Federal da Subseção de Santos, que questionam a legitimidade do Contrato de Arrendamento e de seus aditivos. Em março de 2015 o Tribunal Regional Federal da 3ª Região negou provimento aos recursos apelação apresentados pela Companhia. Aguarda-se julgamento dos Embargos de Declaração pelo próprio TRF. Após, as decisões, se mantidas, serão objeto de recurso aos Tribunais Superiores. Atualmente, os processos estão suspensos no Gabinete de Conciliação do TRF – 3ª Região. A decisão do TRF não altera a confiança da Administração da Companhia no resultado final das ações, baseada em pareceres de renomados juristas e nos resultados dos processos administrativos sobre o mesmo tema, que suportam a expectativa de êxito nessas demandas judiciais. Há decisões proferidas no âmbito da Representação nº 012.194/2002-1 do Tribunal de Contas da União e do Processo Administrativo Contencioso nº 50300.000155/2013-62 da ANTAQ, sobre a mesma matéria, reconhecendo a possibilidade de prorrogação do contrato de arrendamento. O prazo de amortização e depreciação considera a prorrogação do contrato

Notas Explicativas

de concessão por mais 25 anos (até 2048), sendo que a Administração avaliará anualmente esse cenário.

21. PROVISÃO PARA PERDAS CÍVEIS, TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

A movimentação da provisão no período é conforme segue:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2018	153.329	33.695	10.184	197.208
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	2.358	4.814	(660)	6.512
(-) Pagamentos	(2.144)	(6.244)	-	(8.388)
(+) Atualização monetária	3.565	1.045	(253)	4.357
Saldos em 30 de junho de 2018	157.108	33.310	9.271	199.689

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Tributárias (c)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	146.520	26.624	9.224	182.368
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	(6.396)	4.040	(17)	(2.373)
(-) Pagamentos	(1.460)	(2.543)	-	(4.003)
(+) Atualização monetária	3.999	1.486	1.312	6.797
Saldos em 30 de junho de 2017	142.663	29.607	10.519	182.789

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas têm outros processos de natureza cível, que totalizam R\$576.372 em 30 de junho de 2018 (R\$530.826 em 31 de dezembro de 2017), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

As principais causas classificadas como prováveis, ou seja, com constituição de provisão são:

- (i) A controlada indireta Ecovias possui uma ação civil pública proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo sob alegação de que a Ecovias não cumpriu parte do pagamento referente à compensação ambiental relativa à construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes. Em agosto de 2014, foi proferida sentença parcialmente procedente para condenar a Ecovias ao pagamento de R\$36.917 mil. Em 29 de setembro de 2014 foi realizado depósito judicial no montante de R\$38.828. Em 09 de abril de 2018, foi proferida decisão de 2ª instância que determinou: (i) o pagamento à CDHU (da parcela prevista no Convênio firmado em 22 de dezembro de 2006) e (ii) a correção monetária do valor residual de R\$ 3.787 (março/2004) pela tabela prática do TJSP, acrescido de juros de mora de 1% ao mês a contar do 31º dia subsequente à conclusão das obras. Será interposto recurso pela Ecovias para esclarecer que o valor residual já foi depositado considerando correção monetária de acordo com proferido no acórdão e a data final para a aplicação do juros de mora. Em 30 de setembro de 2014, em razão da possibilidade da probabilidade de perda avaliada como provável, foi provisionado o valor de R\$30.920. Este valor atualizado para 30 de junho de 2018 é de R\$ 50.439 (em 31 de dezembro de 2017 era de R\$ 49.405), sendo a contrapartida registrada ao intangível, na rubrica de "Contratos de concessão". A premissa de registro na rubrica de "Contrato de concessão" foi tomada pela Administração da Companhia, considerando que esse valor será objeto de pleito de

Notas Explicativas

reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão junto ao Poder Concedente.

- (ii) A controlada direta Ecoporto Santos promoveu ação cautelar visando obter liminar para suspender os efeitos da decisão administrativa prolatada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que considerou ofensiva à ordem econômica a cobrança do serviço de Segregação e Entrega de Contêineres. A cobrança estava sendo realizada até agosto de 2012 através de autorização judicial mediante depósito à disposição do Juízo de 1º Grau, sendo que a partir de uma publicação de decisão contrária ao Terminal, no mês de agosto de 2012, a Companhia decidiu suspender a cobrança, resguardando o direito de cobrá-la oportunamente. Em 07 de dezembro de 2017, por maioria de votos, foi negado provimento aos recursos de apelação apresentados pela União e pela Ecoporto Santos. Atualmente, aguardamos publicação do acórdão que será objeto de recursos aos Tribunais Superiores. Em 30 de junho de 2018, o valor contingenciado é de R\$77.873 (R\$76.719 em 31 de dezembro de 2017). Para tal contingência foram efetuados depósitos judiciais e esses valores atualizados somam os mesmos valores da provisão constituída.

A principal causa classificada como possível, ou seja sem constituição de provisão é:

- (i) Washington Barbeito de Vasconcellos, Zardust Empreendimentos Marítimos Ltda., Agnes Dagmar Bullentini Barbeito de Vasconcellos e Yuri Bullentini Barbeito de Vasconcellos ("Autores") ajuizaram ação contra a Companhia e suas controladas Ecoporto Transporte Ltda. ("Ecoporto Transporte"), Ecoporto Santos S.A. ("Ecoporto Santos") e Termares Terminais Marítimos Especializados Ltda. ("Termares"). Também constam como réus da ação Aba Infra-Estrutura e Logística Ltda. ("Aba") e FCA Comércio Exterior e Logística Ltda. ("FCA"). Os autores pleiteiam que os réus sejam condenados a pagar aproximadamente R\$164.670, atualizado em 31 de dezembro de 2017, a título de "prêmio pela venda do controle do COMPLEXO TECNODI", o que supostamente corresponderia a 50% de um sobrepreço que seus antigos sócios ("Aba") e ("FCA") receberam da Companhia pela venda do Ecoporto Santos. Os autores pleiteiam também que os Réus sejam obrigados a liberar parte do preço de venda já pago e retido em conta garantia, no valor atualizado de R\$108.980 em 30 de junho de 2018, sob o argumento de que não teria fundamento jurídico para tal retenção, acrescido de multa contratual na ordem de R\$6.045. Em 27 de julho de 2015, a Companhia apresentou contestação em conjunto com suas controladas. Na sequência, houve apresentação de réplica e trélicas. Não houve conciliação na audiência designada e atualmente aguarda-se o início da prova pericial contábil. Com base na avaliação dos advogados constituídos para o caso, a Companhia tem confiança de que obterá êxito na ação, a qual tem perda classificada como possível, segundo os critérios contábeis aplicáveis. Em 30 de junho de 2018 o valor pleiteado é de R\$346.148.
- (b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 30 de junho de 2018, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$100.784 (R\$115.828 em 31 de dezembro de 2017), que foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, onde o principal processo trabalhista trata-se do reconhecimento de vínculo empregatício de um prestador de serviços, este processo aguarda a realização de audiência, mas a controlada indireta Ecovia Caminho do Mar estima na classificação possível, portanto sem constituição de provisão.

Durante o mês de agosto foi publicada decisão do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que alterou o índice de correção monetária das reclamações trabalhistas, sendo que a

Notas Explicativas

Taxa Referencial Diária (TR) anteriormente utilizada foi substituída para IPCA-E acrescidos dos juros de 12% ao ano, devendo ser utilizada para correção das reclamações trabalhistas de forma retroativa, desde 30 de junho de 2009. Em decisão recente, o Supremo Tribunal de Justiça concedeu liminar a determinada entidade de classe para a suspensão das correções pelo IPCA-E como determinado pelo Tribunal Superior do Trabalho, dando provimento à tese de discussão sobre a adequação da aplicação da referida correção.

O entendimento dos consultores legais da Companhia é que há ampla tese de defesa que determinam que a Companhia logrará êxito para a não aplicação do índice de correção IPCA-E, sendo que no seu entendimento esse processo tem probabilidade de êxito possível.

(c) Processos tributários

O valor provisionado corresponde, principalmente, a diferenças de alíquotas e bases de cálculo de tributos recolhidos sobre receitas acessórias. Em 30 de junho de 2018, existem também outros processos de natureza tributária que totalizam R\$173.342 (R\$158.746 em 31 de dezembro de 2017), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão. Os principais processos tributários são conforme segue:

Processo na controlada indireta Ecocataratas classificada como possível, ou seja, sem constituição de provisão, refere-se à exigência de IRPJ e CSLL sobre despesas de amortização de ágio gerado na aquisição de participação societária deduzidas pela Companhia entre os anos calendários de 2010 a 2015. Em 14 de novembro de 2016, foi apresentada Impugnação ao AIIM, ainda pendente de julgamento pela Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil. O valor correspondente à discussão, em 30 de junho de 2018 é de R\$124.042 (31 de dezembro de 2017 é de R\$121.739).

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social subscrito e integralizado de R\$360.900 está representado por 558.699.080 ações ordinárias sem valor nominal.

b) Capital autorizado

Conforme o Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$2.000.000, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

O montante de dividendos pagos em 30 de junho de 2018 é de R\$207.447 refere-se a resultado do lucro líquido do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, aprovados em reuniões do Conselho de Administração.

e) Ações em tesouraria

O Conselho de Administração aprovou quatro programas de recompra de ações que ocorreriam sem redução de capital social e com a utilização de reservas, para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria, bem como para revenda, recolocação no mercado ou lastro para planos de opção com base em ações da Companhia, como demonstrado a seguir:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa
Data	31/08/2010	30/05/2012	05/06/2013	06/06/2014
Prazo	365 dias	365 dias	365 dias	365 dias
Quantidade de ações ordinárias em circulação no mercado	144.003.000	143.737.879	200.669.081	199.611.859
Quantidade máxima de ações ordinárias a serem adquiridas	4.000.000	1.500.000	1.700.000	2.400.000

A Companhia mantém em tesouraria 2.232.992 ações ordinárias calculadas com base na cotação de fechamento do último dia de pregão em 30 de junho de 2018, de R\$7,40 (R\$12,30 em 31 de dezembro de 2017). O valor total dessas ações, cujo cálculo tem como base a cotação de fechamento do pregão de 30 de junho de 2018, é de R\$16.524.

A Companhia constituiu reserva para futura compra de ações para seu plano de opção com base em ações a empregados de R\$51.705, transferida para a rubrica "Reserva de capital", conforme determinado em Estatuto Social.

f) Participações dos acionistas não controladores

A movimentação do período de seis meses das participações dos acionistas não controladores está demonstrada a seguir:

	30/06/2018	30/06/2017
Saldo no início do período	97.947	72.583
Participação nos lucros do período	5.288	7.728
Reserva de capital - plano de opções	3	15
Aquisição de participação de minoritários	(4.024)	-
Aumento de capital	-	7.560
Constituição de reservas	(2.156)	-
Pagamento de dividendos a acionista não controlador	-	(9.249)
Saldo no final do período	97.058	78.637

Notas Explicativas**23. RECEITA LÍQUIDA - CONSOLIDADO**

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2018	30/06/2017 Ajustado (*)	30/06/2018	30/06/2017 Ajustado (*)
Receita com arrecadação de pedágio (a):				
Pedágio em numerário	231.812	249.599	519.864	530.583
Pedágio por equipamento eletrônico	289.365	300.991	612.708	608.741
Vale-pedágio	62.990	52.847	123.850	100.553
Outras	172	377	312	589
	<u>584.339</u>	<u>603.814</u>	<u>1.256.734</u>	<u>1.240.466</u>
Receitas de construção (b)	137.125	147.663	263.870	234.788
Receitas portuárias (c)	90.202	65.555	168.995	139.208
Receitas acessórias e <i>intercompany</i> (d) (e)	24.473	24.003	50.033	47.397
	<u>251.800</u>	<u>237.221</u>	<u>482.898</u>	<u>421.393</u>
Receita bruta total	836.139	841.035	1.739.632	1.661.859
Deduções de receita	(114.995)	(99.217)	(230.186)	(207.087)
Receita líquida	<u>721.144</u>	<u>741.818</u>	<u>1.509.446</u>	<u>1.454.772</u>

(*) De acordo com o CPC47 Receita de Contratos com Clientes, a Companhia efetuou as reclassificações de contraprestação variável e abatimento por volume divulgada anteriormente em despesas com vendas (vide Nota Explicativa nº3)

(a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

(b) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

(c) As receitas de portos são provenientes de operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos.

As receitas auferidas pelas controladas diretas que atuam no Porto de Santos: Ecoporto Santos e Termares.

(d) As receitas acessórias referem-se a outras receitas das concessionárias de rodovias, como arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, venda de publicidade, implantação e concessão de acessos e outros.

Notas Explicativas

- (e) Referem-se à receita de prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas para as empresas do Grupo EcoRodovias e para Elog S.A. (entre os meses de março e abril de 2018).

	Três meses findos em		Seis meses findos em	
	30/06/2018	30/06/2017 Ajustado (*)	30/06/2018	30/06/2017 Ajustado (*)
Base de cálculo de impostos				
Receitas com arrecadação de pedágio	584.339	603.814	1.256.734	1.240.466
Receitas portuárias	90.202	65.555	168.995	139.208
Receitas acessórias e <i>intercompany</i>	24.473	24.003	50.033	47.397
	699.014	693.372	1.475.762	1.427.071
Deduções				
Cofins (i)	(28.703)	(27.448)	(59.127)	(56.486)
PIS (ii)	(6.221)	(5.949)	(12.814)	(12.244)
ISS (iii)	(35.754)	(33.891)	(73.580)	(69.597)
ICMS	(4)	-	(4)	-
Dedução do reconhecimento da receita (*)	(44.289)	(31.929)	(84.584)	(68.760)
Abatimentos	(24)	-	(77)	-
	(114.995)	(99.217)	(230.186)	(207.087)

(*) De acordo com as novas exigências do CPC47 Receita de Contratos com Clientes, a Companhia efetuou as reclassificações de contraprestação variável e abatimento por volume divulgada anteriormente em despesas com vendas (vide Nota Explicativa nº3)

(i) Alíquota para: concessionárias 3% e portos e logística 7,6%.

(ii) Alíquota para: concessionárias 0,65% e portos e logística 1,65%.

(iii) Alíquota de média de 4,8%.

Notas Explicativas

24. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	Controladora			Consolidado				
	Três meses findos em		Seis meses findos em	Três meses findos em		Seis meses findos em		
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017		
Pessoal	2.611	982	7.328	8.049	76.679	82.231	153.125	162.129
Conservação e manutenção	276	201	276	201	21.767	19.888	41.194	39.209
Serviços de terceiros (*)	1.390	685	4.306	2.232	38.549	40.954	82.281	84.951
Seguros	184	181	225	241	3.581	4.339	6.979	8.580
Depreciações e amortizações	169	165	339	333	115.632	103.028	229.166	204.859
Poder Concedente (vide Nota Explicativa nº 19)	-	-	-	-	16.650	13.025	30.996	26.664
Locação de imóveis, máquinas e empilhadeiras	236	276	464	465	8.645	8.122	16.996	16.490
Provisão para manutenção (vide Nota Explicativa nº 17)	-	-	-	-	11.901	22.529	38.864	43.153
Custo de construção de obras	-	-	-	-	137.125	147.663	263.870	234.788
Outros custos e despesas operacionais	462	352	781	551	17.220	13.565	31.895	27.622
	5.328	2.842	13.719	12.072	447.749	455.344	895.366	848.445
Classificados como:								
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	401.703	406.569	799.943	746.956
Despesas gerais e administrativas	5.328	2.842	13.719	12.072	46.046	48.775	95.423	101.489

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria, assessoria, fretes, limpeza, vigiância, ambulâncias, resgates e remoções.

Notas Explicativas

25. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			Consolidado		
	Três meses findos em		Três meses findos em	Seis meses findos em		Seis meses findos em
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Receitas financeiras:						
Receita de aplicações financeiras	2.620	1.309	4.043	1.685	35.086	16.410
Juros sobre mútuos	1.334	1.156	2.590	2.318	-	-
Variação monetária sobre direito de outorga	-	-	-	-	50	50
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	-	433	433
Atualização monetária de créditos fiscais	373	597	778	1.431	2.450	1.330
Variação cambial/monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	1
Juros Capitalizados	-	-	-	-	7.158	4.173
Variação monetária - Venda Elog S.A.	1.358	-	1.358	-	1.358	-
Outras	-	-	-	-	1.294	1.439
	5.685	3.062	8.769	5.434	47.829	22.610
						93.340
Despesas financeiras:						
Juros sobre debêntures privada	(2.819)	(618)	(2.819)	(618)	-	-
Juros sobre debêntures/cessão de dívida	(8.501)	(17.658)	(21.598)	(38.789)	(99.308)	(83.550)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(13.080)	(15.518)
Variação monetária sobre debêntures	-	-	-	-	(18.526)	(15.840)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(134)	(1)	(136)	(1)	(3.035)	(2.651)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção e construção de obras	-	-	-	-	(7.829)	(8.692)
Variação cambial/monetária sobre financiamentos	-	-	-	-	(13.906)	(6.751)
Juros sobre mútuo	(9.753)	(9.964)	(19.999)	(20.061)	-	-
Atualização monetária sobre obrigações fiscais	(32)	-	(73)	-	(2.921)	(3.055)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(722)	(153)	(880)	(280)	(5.106)	(4.009)
Outras	(54)	(243)	(71)	(329)	(3.183)	(2.384)
	(22.015)	(28.637)	(45.576)	(60.078)	(166.894)	(142.450)
						(316.069)
						(306.281)
Resultado financeiro, líquido	(16.330)	(25.575)	(36.807)	(54.644)	(119.065)	(119.840)
						(222.729)
						(248.547)

Notas Explicativas**26. LUCRO POR AÇÃO - CONSOLIDADO**

	30/06/2018	30/06/2017
Lucro básico – resultado do período	0,40	0,31
Lucro diluído – resultado do período	0,41	0,31
Lucro básico – resultado de operações continuadas	0,40	0,32
Lucro diluído – resultado de operações continuadas	0,40	0,32

a) Lucro básico por ação

	30/06/2018	30/06/2017
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	224.399	174.211
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	227.563	178.120
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias emitidas	558.699	558.699
Média ponderada das ações em tesouraria	(2.233)	(2.233)
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	556.466	556.466
Lucro básico por ação - R\$	0,40	0,31
Lucro básico por ação de operações continuadas - R\$	0,41	0,32

b) Lucro diluído

	30/06/2018	30/06/2017
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	224.399	174.211
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia de operações continuadas	227.563	178.120
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação	556.466	556.466
Plano Executivo de opção de compra de ações	5.580	6.987
Média ponderada de ações ordinárias para o Lucro diluído	562.046	563.453
Lucro diluído por ação - R\$	0,40	0,31
Lucro diluído por ação de operações continuadas - R\$	0,40	0,32

27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS - CONSOLIDADO**Gestão de capital**

O Grupo EcoRodovias administra seu capital para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Notas Explicativas

Índice de endividamento

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Dívida (a)	217.958	84.053	7.397.727	6.012.104
Caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(83.217)	(8.188)	(2.126.276)	(1.677.815)
Dívida líquida	134.741	75.865	5.271.451	4.334.289
Patrimônio líquido (b)	619.833	658.623	716.891	756.570
Índice de endividamento líquido	0,22	0,12	7,35	5,73

(a) A dívida é definida como empréstimos e financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 14, 15 e 19.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia e de suas controladas elegem as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados: são formados por fundos de investimentos em renda fixa, operações compromissadas e certificado de depósito bancário (CDB) remunerados a taxa média ponderada de 100,6% do CDI (98,6% em 31 de dezembro de 2017), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas Notas Explicativas nºs 14, 15 e 19.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros consolidados da Companhia e de suas controladas em 30 de junho de 2018 são como segue:

	Classificação	Saldo contábil	Valor justo
Ativos:			
Caixa e bancos	Empréstimos e recebíveis	32.868	32.868
Clientes (a)	Empréstimos e recebíveis	133.096	133.096
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (b)	Empréstimos e recebíveis	2.093.408	2.093.408
Passivos:			
Fornecedores (a)	Outros passivos financeiros	80.447	80.447
Empréstimos e financiamentos (c)	Outros passivos financeiros	610.193	610.193
Debêntures (c)	Outros passivos financeiros	6.129.783	6.129.783
Obrigações com Poder Concedente (d)	Outros passivos financeiros	657.751	657.751
Phantom Stock Option (e)	Outros passivos financeiros	3.264	3.264

Notas Explicativas

- (a) Os saldos das rubricas "Clientes" e "Fornecedores" possuem prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias; portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.
- (b) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (c) Os empréstimos, financiamentos e debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.
- (d) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica "Obrigações com Poder Concedente".
- (e) O valor do *Phantom stock option* está registrado na rubrica obrigações sociais e trabalhistas.

Gestão de riscos

A estratégia de gestão de riscos envolve três linhas para proteger a Companhia de riscos relevantes:

Risco	Subcategoria
Estratégico	Político, fusões e aquisições, poder concedente/contratual, concorrência
Operacional	Capex, desastres naturais, processos, segurança rodoviária, segurança patrimonial, tráfego, condições climáticas, saúde e segurança, meio ambiente, engenharia, tecnologia da informação, tecnologia de automação e infraestrutura
Financeiro	Índices financeiros, crédito, liquidez e câmbio
<i>Compliance</i>	Ética empresarial, regulamentação, normas internas e casos de não conformidade.

No Grupo Ecorodovias a identificação de riscos é realizada de forma corporativa por meio das abordagens *top-down* e *botton-up*.

Na abordagem *top-down* são identificados os riscos significativos e de cada Unidade de Negócio que podem impactar o cumprimento dos objetivos estratégicos da Companhia. Estão relacionados à análise do ambiente externo (ameaças e oportunidades) e do ambiente interno (forças e fraquezas) e traduzidos no inventário de riscos significativos (*Top Risks*).

Sua revisão está inserida no acompanhamento e no monitoramento do cumprimento do Planejamento Estratégico.

Na abordagem *botton-up* são identificados os riscos de processos na cadeia de valor dos processos de gestão, de negócio e de suporte que podem impactar o cumprimento dos objetivos dos processos da Companhia. Sua revisão está inserida nas atividades de gestão de riscos, controles internos, *compliance* e auditoria com acompanhamento e monitoramento periódico.

Com relação a avaliação de riscos consideramos a quantificação do impacto no negócio e da probabilidade de ocorrência de um evento de risco, assim como a análise de outros impactos.

As dimensões avaliadas em outros impactos incluem: prontidão Operacional, Imagem,

Notas Explicativas

Saúde e Segurança, Meio Ambiente, Legal e Social.

No Grupo Ecorodovias efetuamos a avaliação do risco residual, ou seja, a exposição do risco que permanece depois de considerar a efetividade do ambiente de controle existente na empresa.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão dos riscos financeiros, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de câmbio e o risco de taxa de juros.

i) Riscos da taxa de câmbio

O risco da taxa de câmbio é decorrente da possibilidade de oscilação das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas por algumas controladas da Companhia, com as quais possui os contratos de financiamento de equipamentos em moeda estrangeira.

Em 30 de junho de 2018, o saldo devedor em moeda estrangeira - Finimp é conforme segue:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ecoporto Santos S.A. - US\$	24.852	27.047

ii) Risco da taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e empréstimos em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas e pós-fixadas.

A exposição do Grupo EcoRodovias às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia e suas controladas vêm aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em caixa e bancos, aplicações financeiras e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 30 de junho de 2018, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$77.603 (R\$102.928 em 31 de

Notas Explicativas

dezembro de 2017), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Clientes".

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez decorre da escolha pela Companhia entre o capital próprio (retenção de lucros e/ou aportes de capital) e capital de terceiros para financiar suas operações. A Companhia gerencia tais riscos através de um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto prazo, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros efetiva - % a.a.	Próximos	Entre 13 e	Entre 25 e	37 meses
		12 meses	24 meses	36 meses	em diante
Debêntures - Ecovia	106,5% CDI	165.601	-	-	-
Debêntures - Ecosul	107,0% CDI	24.914	158.396	-	-
Debêntures - Ecosul	110,75% CDI	3.570	53.380	-	-
Debêntures - Ecosul	107,0% CDI	8.054	53.685	-	-
Debêntures - EIL	105,5% CDI	12.692	85.799	-	-
Debêntures - EIL	CDI + 1,25%	11.781	137.838	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,18% a.a.	-	-	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 1,42% a.a.	215.145	195.465	-	-
Debêntures - ECS	CDI + 0,79% a.a.	82.858	-	-	-
Debêntures - ECS	106,0% CDI	19.388	216.668	-	-
Debêntures Privadas - ECS	105,5% CDI	52.855	23.926	25.340	412.732
Debêntures - ECS	109,0% CDI	111.927	-	-	-
Debêntures - ECS	106,0% CDI	23.749	21.415	327.709	-
Debêntures - ECS	110,25% CDI	58.043	52.344	51.923	796.252
Debêntures - Ecopistas	105,0% CDI	14.440	7.722	8.176	138.989
Debêntures - Ecopistas	105,5% CDI	15.832	11.245	11.909	214.395
Debêntures - Ecoporto Santos	CDI + 1,85% a.a.	129.988	-	-	-
Debêntures - Eco101	CDI + 1,8% a.a.	26.017	-	-	-
Debêntures - Cataratas	106,5% a.a.	214.161	-	-	-
Debêntures - ECS	IPCA + 5,00% a.a.	129.042	118.830	-	-
Debêntures - Ecopistas	IPCA + 8,25% a.a.	116.199	112.785	131.408	189.277
Debêntures - ECS	IPCA + 5,35% a.a.	51.447	32.034	225.614	436.588
Debêntures - ECS	IPCA + 6,0% a.a.	2.820	1.949	1.988	42.207
Debêntures - Ecovias	IPCA + 3,80% a.a.	150.180	147.014	-	-
Debêntures - Ecovias	IPCA + 4,28% a.a.	48.180	41.973	42.818	1.137.900
Debêntures - Ecorodoanel	119,0% CDI	68.794	948.106	-	-
		1.757.677	2.420.574	826.885	3.368.340

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Risco de variação nas taxas de juros

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do período. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo que o valor do passivo em aberto no fim do período esteve em aberto durante todo o período.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP, do IPCA, do IGP-M e Libor, principais indicadores das debêntures e dos empréstimos e financiamentos, contratados pela Companhia e por suas controladas:

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros de aplicações financeiras (a)	Baixa do CDI	127.302	95.476	63.651
Juros sobre debêntures (b)	Alta do CDI	(486.709)	(570.648)	(653.955)
Juros sobre debêntures (c)	Alta do IPCA	(155.941)	(157.418)	(158.897)
Empréstimos e financiamentos (c)	Alta do IPCA	(2.324)	(2.905)	(3.486)
Empréstimos e financiamentos (d)	Alta do TJLP	(42.117)	(52.646)	(63.175)
Juros sobre obrigações com Poder Concedente (e)	Alta do IGP-M	(246)	(311)	(376)
Empréstimos e financiamentos (f)	Alta do USD	(3.846)	(5.475)	(7.372)
Juros a incorrer, líquidos		<u>(563.881)</u>	<u>(693.927)</u>	<u>(823.610)</u>

Os empréstimos em moeda estrangeira em aberto em 30 de junho de 2018 possuem taxa fixa de juros e foram mensurados ao custo amortizado.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da Libor, que são seis meses) foram as seguintes:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (b)	7,88%	9,85%	11,82%
IGP-M (e)	4,00%	5,00%	6,00%
IPCA (c)	4,00%	5,00%	6,00%
TJLP (d)	6,60%	8,25%	9,90%
US\$ (f)	3,6300	4,5375	5,4450
CDI (a)	7,88%	5,91%	3,94%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO - CONSOLIDADO

Os segmentos operacionais da Companhia são reportados de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("*Chief Operating Decision-Maker - CODM*").

Para fins de avaliação de desempenho é analisado o conjunto de informações dos segmentos e alocação de recursos.

Notas Explicativas

A principal segmentação dos negócios da Companhia é baseada em:

a) Concessões

O modal rodoviário é o mais extenso e desenvolvido dos modais de transporte do País. As concessões rodoviárias interligam grandes centros industriais, de produção, de consumo e de turismo nacionais, bem como os três maiores portos do Brasil (Santos, Paranaguá e Rio Grande), além de darem acesso a outros países do Mercosul. Dentro desse segmento são apresentadas as seguintes concessionárias: Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A., Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul, Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, ECO101 Concessionária de Rodovias S.A., Concessionária Ponte Rio Niterói S.A. - Ecoponte e Concessionária do Rodoanel Norte S.A. - Ecorodoanel.

b) "Holding" e serviços

Esse segmento apresenta as empresas EIL01, EIL02, EIL03 e EIL04 e as "Holdings" Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., "holding" do segmento de concessionárias e a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

c) Portos

Esse segmento compreende as operações portuárias, além do manuseio e da armazenagem de cargas de importação e exportação, com um terminal próprio no Porto de Santos, portanto, nesse segmento são apresentadas as empresas Ecoporto Santos S.A., Termares - Terminais Marítimos Especializados Ltda.

A receita líquida por segmento está representada da seguinte forma:

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Concessões rodoviárias	90,9%	87,0%
"Holding" e serviços	3,9%	5,4%
Portos	5,2%	7,6%

O desempenho dos segmentos da Companhia foi avaliado com base nas receitas operacionais líquidas, no lucro líquido do período e no ativo não circulante. Essa base de mensuração exclui os efeitos de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização.

Nas tabelas a seguir há informação financeira (combinadas) sumarizada relacionada aos segmentos para 30 de junho de 2018. Os valores fornecidos ao Comitê Executivo com relação ao resultado e ao total de ativos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras (combinadas), bem como as práticas contábeis aplicadas:

Notas Explicativas

	30/06/2018		
Balço Patrimonial	Concessões Rodovias	Portos	<i> Holding e serviços</i>
Ativo	7.026.204	770.128	6.004.096
Ativo circulante	1.512.021	69.156	1.064.682
Ativo não circulante	5.514.183	700.972	4.939.414
Passivo	7.026.204	770.128	6.004.096
Passivo circulante	1.040.055	185.718	709.839
Passivo não circulante	4.431.283	232.793	3.715.908
Patrimônio líquido	1.554.866	351.617	1.578.349

	30/06/2018		
Demonstração do Resultado	Concessões Rodovias	Portos	<i> Holding e serviços</i>
Receita líquida	1.453.069	61.673	83.811
Custos dos serviços prestados	(749.413)	(54.904)	(45.844)
Lucro bruto	703.656	6.769	37.967
Despesas gerais e administrativas	(67.536)	(19.938)	(38.580)
Amortização de investimentos	-	-	(8.591)
Outras receitas/(despesas)	312	8.995	312
Equivalência patrimonial	-	-	626.884
Lucro operacional antes do resultado financeiro	636.432	(4.174)	617.992
Resultado financeiro, líquido	(120.529)	(21.129)	(81.071)
Lucro operacional antes dos impostos	515.903	(25.303)	536.921
Imposto de renda e contribuição social	(168.836)	1.283	(272)
Lucro líquido	347.067	(24.020)	536.649
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(3.165)
Resultado das operações continuadas	347.067	(24.020)	533.484

	31/12/2017		
Balço Patrimonial	Concessões Rodovias	Portos	<i> Holding e serviços</i>
Ativo	5.400.998	759.799	226.392
Ativo circulante	661.509	54.280	708.689
Ativo não circulante	4.739.489	705.519	517.703
Passivo e patrimônio líquido	5.400.998	759.799	226.392
Passivo circulante	614.324	192.378	237.957
Passivo não circulante	3.234.938	346.361	188.761
Patrimônio líquido	1.551.736	221.060	799.674

Notas Explicativas

Demonstração do Resultado	30/06/2017		
	Concessões Rodovias	Portos	Holding e serviços
Receita líquida	1.406.944	53.557	87.129
Custo dos serviços prestados	(698.104)	(52.350)	(45.909)
Lucro bruto	708.840	1.207	41.220
Amortização de investimentos	-	-	(10.921)
Outras receitas	(32)	382	284
Receitas (despesas) operacionais	(67.255)	(20.139)	(46.946)
Equivalência patrimonial	-	-	593.590
Lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	641.553	(18.550)	577.227
Resultado financeiro	(123.833)	(34.232)	(90.482)
Lucro/(prejuízo) operacional antes dos impostos	517.720	(52.782)	486.745
Imposto de renda e contribuição social	(168.571)	(2.369)	(1.357)
Lucro/(prejuízo) líquido do período	349.149	(55.151)	485.388
Resultado das operações continuadas	-	-	-
Resultado das operações descontinuadas	-	-	(3.909)

29. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – CONSOLIDADO**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 6.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se a transações na venda de participação da Elog S.A. no montante de R\$1.775, detalhada na nota explicativa nº 5.b).

c) Efeito não caixa

Em 19 de junho de 2018, a controlada indireta Eco135 Concessionária de Rodovias S.A., registrou o direito de outorga da Concessão em contrapartida com Obrigações com Poder Concedente.

Notas Explicativas

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 04 de julho de 2018, a controlada direta Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("ECS"), realizou a 7º emissão de debêntures simples, nominativas escriturais, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no valor nominal total de R\$350 milhões, atualizados monetariamente pela variação do IPCA e acrescidos de juros remuneratórios, incidente sobre o valor corrigido, de 7,4438% a.a. pagos anualmente a partir da data de emissão sempre no dia 15 de junho. O primeiro pagamento será em 15 de junho de 2019 e o último pagamento será na data de vencimento em 15 de junho de 2025. A amortização será paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no dia 15 de junho nos anos de 2024 e 2025.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o trimestre e semestre findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado ("DVA"), referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e como informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo IASB, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2017.

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e ao trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2017, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados, respectivamente, por outros auditores independentes, que emitiram relatórios datados de 22 de fevereiro de 2018 e 27 de julho de 2017, respectivamente, sem ressalvas.

São Paulo, 25 de julho de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Alexandre Cassini Decourt

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 276957/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018.

Marcelino Rafart de Seras

Diretor Presidente, Diretor Executivo de Desenvolvimento de Negócios, Diretor Executivo de Negócios Rodoviários e de Negócios Logísticos

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., abaixo indicados, declaram que:

Após exame das informações trimestrais da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. referente ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as informações trimestrais em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as informações trimestrais relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2018.

Marcelino Rafart de Seras

Diretor Presidente, Diretor Executivo de Desenvolvimento de Negócios, Diretor Executivo de Negócios Rodoviários e de Negócios Logísticos

Marcello Guidotti

Diretor Executivo de Finanças, de Relações com Investidores e de Gestão de Pessoas

Marcelo Lucon

Diretor Executivo Jurídico